

JF

Jornal da FENPROF | Diretor: Mário Nogueira
Mensal | n.º 312 | maio/junho 2023 | 0,50 Euros

6-6-23 na mira!
Caravana Chaves-Faro

Preparar a greve, sensibilizar
a opinião pública

Pág. 7



A LUTA NÃO VAI PARAR!

NÃO DESISTIMOS



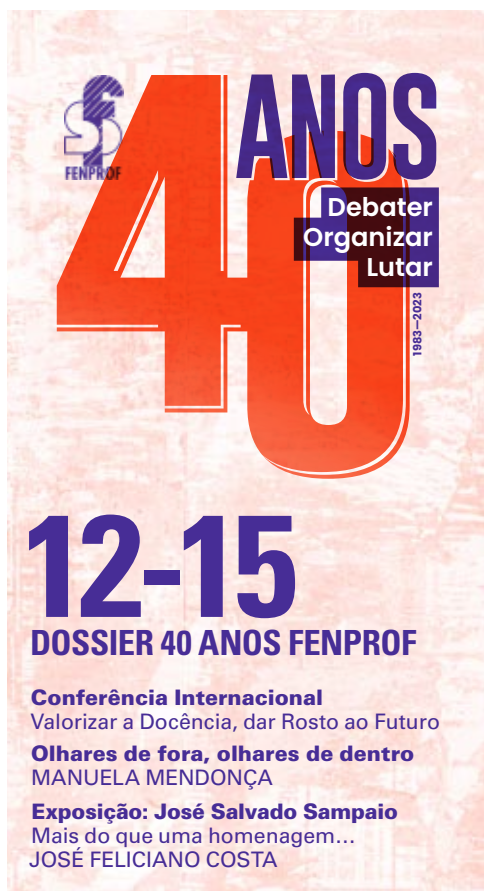
sumário



7-8

AÇÃO E LUTA

Caravana pela Profissão Docente e pela Escola Pública



12-15

DOSSIER 40 ANOS FENPROF

Conferência Internacional

Valorizar a Docência, dar Rosto ao Futuro

Olhares de fora, olhares de dentro

MANUELA MENDONÇA

Exposição: José Salvado Sampaio

Mais do que uma homenagem...

JOSÉ FELICIANO COSTA



sobe

Caravana pela Profissão e pela Escola Pública

De norte a sul, foram mais de mil os professores e os educadores que, percorrendo parte do percurso ou comparecendo à porta das escolas, participaram numa forma de luta com forte simbolismo: 6,5 dias de percurso, como os 6,5 anos que continuam a ser roubados aos docentes; partida do quilómetro zero da EN2, como zero é o tempo de serviço que o governo (não) recupera com o “acelerador” que impôs; 738,5 quilómetros percorridos faseadamente, tal como os sindicatos admitem para recuperar os 6A 6M 23D ainda congelados. E principalmente uma mensagem: a luta não vai parar! •



desce

A arrogância de João Costa

Em 15 de maio, o ministro João Costa decidiu armar-se em engraçado e, duas horas e meia depois de se ter iniciado a reunião, após as 9 organizações presentes terem reclamado por uma nova versão do diploma que estivera em negociação em 4 reuniões, afirmou ter-se esquecido de informar, no início, que a versão final era a... inicial. Em 26 de maio, em Vinhais, confrontado com mais um protesto de professores, o ministro afirmou que não se lembra de manifestações quando havia cortes nos subsídios e sobretaxa de IRS. João Costa tem a memória curta e decidiu armar-se em engraçado, mas seria bom que a maioria absoluta do governo a que pertence não lhe turvasse os princípios democráticos e se preocupasse mais com os protestos de hoje do que com os do passado. •



bateu no fundo

Faltas injustificadas e processos disciplinares a professores que fizeram greve em 17 de março

Perante um parecer do Conselho Consultivo da PGR que considerou que determinada greve estava a ser executada de forma ilegal, o que poderia dar lugar a procedimentos disciplinares, o ministro, no ato de homologação daquele parecer, decidiu - e bem! - não avançar com qualquer punição por considerar que os professores agiram de boa-fé. Em 17 de março de 2023, na sequência de uma greve da Função Pública para a qual não foram decretados serviços mínimos que, a terem sido, seriam ilegais, houve escolas que avançaram com procedimentos disciplinares contra quem fez greve. O ministro nada fez para eliminar tais procedimentos, deixando-os correr. O que leva João Costa a agir de forma diferente, consoante a greve em causa? A organização que a convoca? •

04. AÇÃO E LUTA

Novo regime de concursos para colocação de docentes: Um novo objetivo na ação sindical!

05. AÇÃO E LUTA

Mobilidade por doença: Insensibilidade da equipa ministerial

06. AÇÃO E LUTA

Solidariedade com a luta dos professores

09. AÇÃO E LUTA

ME, DGAEP e Colégios Arbitrais deverão passar a respeitar a lei: Procedimentos disciplinares para arquivar

10. IMPRESSÕES

Análise do processo negocial
FRANCISCO GONÇALVES

11. DUAS PALAVRAS

Não Paramos. A Luta dos Professores
FERNANDO VICENTE

17. APOSENTADOS

Aumentos das pensões em 2023: Porque não concordamos!

18. SETORES

Avaliação do RJIES, a forma e o conteúdo

PEDRO OLIVEIRA

19. SETORES

A luta dos investigadores não pode parar!

MIGUEL VIEGAS

22. NACIONAL

Centro de Formação José Salvado Sampaio: Ciclo de Debates 2023

ANA SIMÕES

24. NACIONAL

Garantia do direito à proteção social: A quem interessa a redução do papel do Estado?

25. NACIONAL

Em defesa da profissão e da escola pública, conquista de abril

28. INTERNACIONAL

Campanha da Internacional da Educação: Making Teaching Attractive!
LUÍS LOBO

29. INTERNACIONAL

SAHARA OCIDENTAL
A última colónia de África

31. CULTURAIS

Sindicalismo no Ensino Superior e na Investigação: João Cunha Serra
Uma vida em luta



FICHA TÉCNICA: Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobo@sprc.pt | Conselho de Redação: António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Jackeline Vieira (SPM), Luís Lobo (SPRC), Manuel Micaelo (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Nélia Vitorino (FENPROF), Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jpgo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Luís Lobo; Inês Carvalho; Nélia Vitorino | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 50.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O “JF” está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados, bem como a ortografia adotada são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



editorial

MÁRIO NOGUEIRA (Secretário-Geral da FENPROF)

Está mal o ministro...

CO ministro da Educação tem revelado uma crescente desorientação na forma como gere os protestos e se relaciona com os parceiros educativos. Incapaz de dar resposta aos problemas, perante a contestação, João Costa reage, cada vez mais, de uma forma que, do ponto de vista democrático, deixa tudo a desejar. Escuda-se na realização de muitas reuniões com as organizações sindicais, aparentemente esquecendo que os problemas não se resolvem por se realizarem muitas reuniões, mas pelo que delas resulta. O resultado tem sido manifestamente insuficiente e, em alguns casos, chega a ser desastroso, como acontece com a mobilidade por doença ou com o dito “acelerador”, neste caso com o ME mais preocupado em encontrar critérios de exclusão do que em resolver os problemas do tempo de serviço e da dispensa de vagas, que ficará só ao alcance de alguns e mesmo esses perdendo mais tempo de serviço.

Proposto pela FENPROF no início da legislatura, o ministro rejeitou um Protocolo Negocial a cumprir ao longo do mandato, limitando-se a abrir processos negociais ditados por objetivos conjunturais ou pressionado pela luta e não por uma estratégia para o setor, que não tem. E bem necessária seria, destinada a valorizar e tornar atrativa a profissão docente e, assim, superar a crescente falta de professores nas escolas.

João Costa abriu 3 processos negociais e nenhum terminou com acordo. Alterou o regime de mobilidade por doença, impondo um regime que excluiu milhares de docentes com doenças incapacitantes; aprovou um regime de concursos que é o que se conhece; aprovou um diploma a que ora chama de corretor de assimetrias, ora acelerador, mas que, na verdade, não é uma coisa nem outra.

Sabe o ministro, como sabe o governo que uma das principais reivindicações dos professores é a recuperação do seu tempo

de serviço: 6A 6M 23D, porém, mantêm a posição de eliminar aqueles 2393 dias de serviço cumprido.

João Costa parece ter entrado agora numa fase de maior intolerância perante os protestos e de confronto. Intolerância, como aconteceu em Vinhais, afirmando que os professores protestam agora, mas não se lembra de ver manifestações quando os subsídios estavam cortados e havia uma sobretaxa do IRS; confronto com as organizações sindicais e a FENPROF em particular ao não resolver o problema criado pelos diretores - aparentemente instruídos pelos delegados regionais da DGEstE, portanto pela administração educativa - que injustificaram faltas e instauraram processos disciplinares a docentes que fizeram greve em 17 de março, apesar de a greve a que aderiram não ter serviços mínimos.

Poderia fazer-se uma longa lista de lutas desenvolvidas pelos professores no período da troika, incluindo greve aos exames, mas não são essas que preocupam um ministro que gostaria de (des)governar sem contestação. Poderia argumentar-se sobre a ilegalidade das faltas injustificadas e dos processos disciplinares (não havia serviços mínimos para a greve de 17 de março; os serviços mínimos decretados para uma greve não se estendem a outra; mesmo aqueles serviços mínimos, sabe o ministro, são ilegais), mas seria perder tempo, pois para João Costa será útil que se instale um clima de intimidação que, eventualmente, enfraqueça lutas futuras.

Está mal um ministro que transformou a negociação num ritual inútil, como fez com o chamado “acelerador”; está mal um ministro que não acolhe as recomendações da Provedoria de Justiça, a quem nem se dignou responder, a propósito da mobilidade por doença; está mal um ministro que não suporta ser contestado e atribui a contestação a uma qualquer cabala contra si e não o resultado das políticas que tem levado por diante; está mal um ministro que não tolera que os professores lutem

quando decorrem negociações e reclamem junto ao ministério quando há reuniões; está mal um ministro que se torna cúmplice de punições a trabalhadores que exercem um direito constitucionalmente consagrado, como é o direito à greve; está mal um ministro que não fala verdade quando acusa os sindicatos de algo que não fizeram e/ou não disseram, procurando ludibriar a opinião pública.

Como diz o Povo, quem está mal, muda-se... se insistir em ficar, compete ao professores exigir a mudança. É, por isso, natural que a exigência de demissão seja cada vez mais ouvida quando os professores se manifestam. ●

“

Proposto pela FENPROF no início da legislatura, o ministro rejeitou um Protocolo Negocial a cumprir ao longo do mandato, limitando-se a abrir processos negociais ditados por objetivos conjunturais ou pressionado pela luta e não por uma estratégia para o setor, que não tem

Novo regime de concursos para colocação de docentes

Um novo objetivo na ação sindical!

Foi promulgado e, ainda no mesmo dia, publicado o novo regime de concursos através do Decreto-Lei n.º 32-A/2023, de 8 de maio. A FENPROF manifesta e explica frontais discordâncias, mas sublinha, ainda assim, que “sem protesto e luta, o regime publicado seria ainda mais negativo.”

Numa breve entrevista à página da FENPROF, Mário Nogueira salienta que os professores passam a ter um novo objetivo de luta e regista que, na exigência de contagem integral do tempo de serviço, o Presidente da República se assumiu como aliado dos professores...

Pelo que escreveu no comunicado a propósito da promulgação, “passamos a ter em Belém um novo aliado na defesa da recuperação integral do tempo de serviço. Espero que haja no ME vontade e capacidade políticas para resolver este problema. Sem isso, a luta dos professores não irá parar”.

Uma maioria que não considera os professores

Destacando que há razões acrescidas de luta – há que rever este regime, com vista a eliminar os aspetos negativos que contém –, o Secretário Geral da FENPROF observa a dado passo:

“Negociamos com uma maioria absoluta que, como se sabe, não tem os professores em grande consideração.”

Por isso, continuou, “se não fosse a luta dos professores acabavam os quadros e teríamos mapas de pessoal, os novos QZP coincidiam com as CIM e as áreas

metropolitanas, a graduação profissional teria desaparecido e seriam os conselhos locais de diretores a decidir o recrutamento e a alocação da maioria dos professores às escolas, os concursos seriam de 5 em 5 anos e não anuais, entre outros aspetos que constavam das intenções do Ministério da Educação.” Refira-se que este conselho de diretores se mantém e é como uma doença não debelada que tem de se tratar ou, no futuro, poderá trazer muitos “amargos de boca”.

Relativamente ao que ficou, Mário Nogueira chama a atenção para “as ultrapassagens na vinculação, a obrigação de candidatura a todo o país por parte de quem vincula ou a integração dos docentes dos QE/QA em 2.ª prioridade na Mobilidade Interna, para só referir alguns dos aspetos mais negativos”.

Mais adiante lembra que, se o diploma tivesse sido vetado, de forma alguma, prejudicaria os professores e acrescenta:

Atenção ao número de vagas...

“Para a maioria dos docentes que ainda concorrem, este regime só vigorará a partir de 2024/2025 e para a vinculação dos mais de 8000 docentes anunciados bastaria que se realizasse um concurso de vinculação extraordinário, como já aconteceu no passado, que até poderia ter regras mais favoráveis do que as que se aplicam à chamada vinculação dinâmica. Por exemplo, vincular mais docentes e a vinculação decorrer apenas do tempo de serviço e da graduação profissional.”

Incluir na lista de reivindicações centrais a revisão deste decreto-lei e exigir, de

imediatamente, que abram as vagas que são mesmo necessárias às escolas, é, para a FENPROF, prioridade em matéria de concursos de professores.

“Não esqueçamos que um concurso, para além do regime por que se rege, poderá permitir resolver problemas se tiver muitas vagas e não servirá para nada se não tiver vagas, por melhor que seja o regime. O ministro prometeu um número de vagas como nunca se viu... estamos cá para ver.” ●

Esta é uma das linhas vermelhas...

Vincular **10.700** docentes, número adiantado pelo ME, elimina a precariedade em que se encontram muitos docentes?

Mário Nogueira – Sem desvalorizarmos o número e recordando que, inicialmente, o ministro não ia além dos 5000, é um número que fica muito aquém do que se justificava. Estes 10 700 são mais ou menos os docentes com 10 ou mais anos de serviço, sendo que entre os 3 e os 10 anos de serviço há outros tantos. Portanto, se vinculassem todos os docentes com mais de 1095 dias de serviço, como deveria acontecer, seriam **20.000** e não 10.000 a vincular. E o problema é que o regime que o ME estabeleceu poderá vincular quem está no seu quarto ano de serviço e deixar de fora quem está no décimo quarto, pois há critérios que pervertem a graduação profissional. Essa é uma das linhas vermelhas. | *Da entrevista a Mário Nogueira, 8/05/2023, www.fenprof.pt* ●



“Se o diploma tivesse sido vetado isso, de forma alguma, prejudicaria os professores!” Mário Nogueira



Pré-avisos de Greve

Avaliações nos 9.º, 11.º e 12.º anos no caminho da luta

Como tem sido afirmado em diversos momentos não há nada que os professores mais queiram do que evitar uma greve. Está nas mãos do ministro João Costa e do primeiro ministro evitá-la.

A forma como arrogantemente se têm colocado no conflito existente entre governo e professores é deplorável. Não aceitam negociar matérias essenciais para os docentes e para o futuro da profissão, contrariando, mesmo, a legislação sobre negociação coletiva. Perante a inexistência de soluções para os problemas, não resta outra possibilidade que não seja o recurso à luta que não tem parado e que terá de continuar até à obtenção de resultados que os professores considerem satisfatórios.

Foi com esse intuito que as organizações sindicais entregaram já os pré-avisos

para greve às avaliações nos 9.º, 11.º e 12.º anos, sendo que se passará agora à fase de organização e preparação da sua concretização.

Com as avaliações de 9.º, 11.º e 12.º anos a iniciarem-se em 9 de junho, os pré-avisos diários de greve começaram a entrar no dia 24 de maio, cumprindo-se, para o efeito, todos os prazos legais estabelecidos.

O restante calendário de avaliações, para o qual entrarão, também, pré-avisos de greve, é o seguinte:

- Com início em 15 de junho nos 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 10.º anos

- Com início em 3 de julho na Educação Pré-Escolar e no 1.º Ciclo

As organizações sindicais de professores que constituem a Plataforma pela Profissão Docente admitem, também, caso se mantenha, por parte do governo, a total

indisponibilidade para contribuir para pacificar a vida nas escolas (como já foi sugerido pela FENPROF), que os professores venham a recorrer à greve ao serviço de exames, nas suas diversas dinâmicas (secretariado de exames, vigilância e classificação das provas, etc.).

Do contacto com os professores, conclui-se que será muito importante o envolvimento de todos os docentes nestes processos de luta, mesmo quando não estão implicados no trabalho relacionado com os exames.

Entretanto, está já agendada a greve e manifestações (em Lisboa e Porto) para o dia 6 de junho (6/6/23), data de enorme simbolismo para a luta, pela analogia estabelecida com o tempo de serviço que continua a ser roubado aos docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. | **LL** •

Mobilidade por doença

Insensibilidade da equipa ministerial

De baixo de um coro de protestos e de uma enorme indignação, apesar de ter na sua posse propostas concretas para alterar o regime, o ME/governo mantém inalterável a legislação desumana sobre Mobilidade por Doença do pessoal docente (Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho), desprezando olímpicamente as recomendações da Senhora Provedora de Justiça e confirmando incapacidade para o exercício democrático das funções que lhe estão atribuídas.

Iniciado em 24 de maio, o procedimento de mobilidade de docentes por motivo de doença, através de aviso de abertura da Direção Geral da Administração Escolar, aponta para a manutenção do regime que vigorou no presente ano letivo e o não acatamento das recomendações da Senhora Provedora de Justiça - Recomendação n.º 1/B/2023, de 23 de março -, apesar do pedido expresso da mesma para a sua consideração já no procedimento relativo a 2023/2024, são sinal inequívoco de uma equipa ministerial intransigente e insensível.

O que está em causa neste regime desumano é o direito constitucional à proteção na doença e a violação de garantias e direitos fundamentais consagrados não só na Constituição da República Portuguesa, mas também, convenções internacionais e comunitárias. O Decreto-Lei 41/2022, de 17 de junho, introduziu limitações sérias num regime que, desde 2006, garantia o direito à saúde e segurança no trabalho dos docentes com incapacidade comprovada (ou com ascendentes ou descendentes a seu cargo nessa situação).

Da aplicação do regime no presente ano letivo, foram mais de 2800 os docentes a quem foi reconhecida a existência de doença incapacitante, mas negada a MpD, muitos deles a sofrerem

física, mas também mentalmente, com os sacrifícios que a negação de se poderem apresentar ao concurso ou a exclusão da MpD do ME lhes impõe. De todos estes casos, não podemos deixar de registar os quatro casos de professores que vieram a falecer sem lhes ter sido reconhecido o direito à Mobilidade por Doença. A FENPROF denuncia a insensibilidade do ministro e do seu secretário de estado, mais um sinal de incapacidade para o exercício do cargo. • | *Comunicado enviado à imprensa*





Solidariedade com a luta dos professores

Os professores têm dado “uma verdadeira lição de cidadania, civismo e luta democrática exercendo de forma ordeira, intensa e empenhada o seu direito de manifestação e direito à greve, em prol de um ensino público em que a carreira docente seja devidamente dignificada e valorizada”.

Este “voto de total solidariedade e de inequívoco apoio à luta dos professores portugueses”, aprovado por unanimidade na Assembleia Municipal de **Portimão**, sintetiza o espírito das inúmeras manifestações de solidariedade e apoio que têm chegado aos professores e educadores, à FENPROF e a outras organizações sindicais docentes, oriundas de todas as regiões do país e do estrangeiro, nomeadamente do **Brasil**.

Várias associações e sindicatos enviaram as suas mensagens solidárias, como, por exemplo, a **Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP)** e a Associação de **Oficiais das Forças Armadas (AOFA)**. O mesmo sucedeu com sindicatos de vários setores, caso do Sindicato da Construção de Portugal.

Desde a primeira hora, a **CGTP-IN** manifestou a sua inteira solidariedade à luta dos professores e educadores aos objetivos que prosseguem em defesa dos seus direitos e por uma profissão digna capaz de cumprir o importante papel social que lhe está atribuído.

O respeito da sociedade

A valorização da carreira docente “não é apenas uma exigência dos professores. É uma condição de atratividade da profissão e de melhoria de formação das novas gerações. É um investimento na escola pública e na qualidade da educação (...) Trata-se de um combate de todos os professores e de toda a sociedade. O respeito da sociedade pelos professores é um pilar fundamental desta luta”, como realça a mensagem de solidariedade aprovada por unanimidade pela **Assembleia Municipal de Barcelos**.

No mesmo sentido pronunciaram-se numerosos órgãos autárquicos de todo o país, como por exemplo as Assembleias Municipais de **Vendas Novas, Beja, Aljustrel, Mora, Alandroal, Fundão, Guarda, Vila Verde**

e **Loures**. Às organizações sindicais de professores têm chegado expressões de ativa solidariedade por iniciativa de partidos políticos, associações estudantis e de pais e encarregados de educação, de conselhos gerais de escolas (caso da **Secundária de Rio Maior**), de coletividades, de personalidades da vida política e académica e ainda da comunidade cultural.

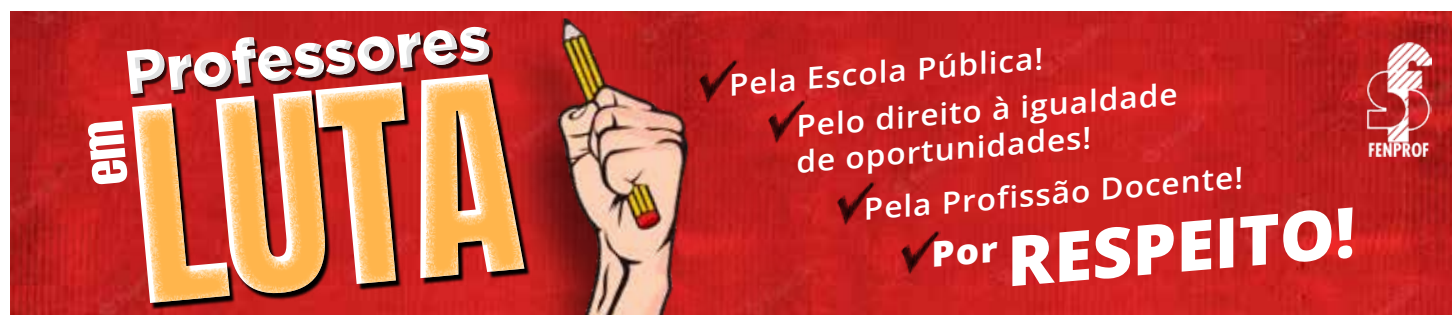
Em concentrações realizadas à porta de escolas, representantes de várias estruturas associativas, organizações sociais e autarquias marcaram presença solidária, como sucedeu, por exemplo, na Secundária João de Barros, em Corroios (concelho do Seixal) por iniciativa da Junta de Freguesia local.

Do estrangeiro chegaram testemunhos solidários do Brasil (**CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Brasil**) e do **Sindicato dos Professores de Campinas e Região** e ainda da **CIG-Ensino (Galiza)**, entre outros.

Departamento de Aposentados promove abaixo-assinado

Um apontamento final para destacar a tomada de posição do Departamento de Professores Aposentados da FENPROF, que “decidiu entrar no combate que os nossos colegas no ativo se veem obrigados a levar a efeito em defesa da profissão”. “Desvalorizada por sucessivos governos, com inegáveis efeitos no desenvolvimento e no funcionamento da Escola Pública, a profissão tem vindo a ser vilipendiada por governantes que nunca olharam para a sua governação como responsável pelos males por que padece. Nesse sentido, os professores portugueses têm dado provas da sua coragem e determinação em defesa de soluções que são justas e exequíveis”, alerta o Departamento, que realça ainda:

“Os professores e educadores aposentados não podem ficar de fora deste combate. Essa é a razão por que decidiram promover um abaixo assinado de defesa da luta dos professores no ativo e dos seus objetivos reivindicativos, contribuindo desta forma para a solução que inevitavelmente terá de surgir do debate e da negociação, mas também da ação que os docentes souberem levar por diante”. | JPO ●





A LUTA
DE NORTE
A SUL
pela

EN2

A conhecida Estrada Nacional 2 recebeu, entre 22 e 30 de maio, a caravana “Pela profissão docente e pela escola pública”, ação promovida pelas organizações sindicais de docentes no contexto das lutas que têm promovido em todo o país. Com saída de Chaves a 22 de maio e chegada a Faro no dia 30, a caravana teve sete etapas plenas de contactos com a população, concentrações e plenários de professores, entre outras atividades. De carro, de moto ou de bicicleta, o grande painel móvel instalado numa viatura, foi acompanhado por numerosos professores de diferentes localidades. A caravana antecedeu a greve nacional e as manifestações previstas para 6-6-23.

Caravana pela Profissão Docente e pela Escola Pública

Manter a denúncia, prosseguir o protesto, gerir a luta!

JOÃO LOUCEIRO (membro do SN da FENPROF)

No dia em que escrevemos estas linhas, a Caravana, vinda de norte, desce a EN2, por ora na região centro. Amanhã entrará em terras da grande Lisboa e rumará a sul. Concluir-se-á em Faro no dia 30 de maio.

Presença, animação e afirmação, plenários, intervenções, deslocações (com a prestimosa colaboração da GNR) por vilas, cidades e aldeias, de norte a sul do continente, em sítios, por norma, menos habituados a estes eventos. Se possível, contactos com as populações. Comunicação social, quando quer – e tem querido – interessar-se. Envolvimento de professores e educadores, quadros sindicais a assegurarem o fundamental, outros/as colegas a participarem, os rostos locais numa luta que é nacional, o que é de muita, mesmo muita importância.

Contagem do tempo de serviço, fim das vagas e das quotas, investimento na Escola Pública para melhores condições de ensino e de aprendizagem, o que reclama condições de trabalho, reforço do prestígio social e da autoridade necessária da profissão, horários

sem burocracia, pedagogicamente adequados e de acordo com a lei, aposentação que tenha em consideração os mais velhos e contribua para rejuvenescer o corpo docente, concursos justos e transparentes, estabilidade laboral, formação de qualidade, mobilidade por doença que respeite quem tem doenças incapacitantes, precisa e quer exercer a sua profissão; respeito pela negociação coletiva, pela atividade, pelos direitos e pelas lutas sindicais, melhor dizendo, pela democracia e pelo estado de direito. O rol é longo, mas, ainda assim, não esgota as acumuladas insatisfações e correspondentes exigências da nossa luta.

O governo/ME podia, mas não fez. Podia ter revelado, pelo menos, fosse isso!, alguma consideração humana por quem tem doenças incapacitantes (salvaguardando, ao mesmo tempo, o interesse público). Revia o miserável regime de MpD que impôs! Reiterando-o para mais um ano, confirma a insensibilidade de que, fundadamente, acusámos os mentores diretos da coisa, isto é, ministro e secretário de Estado. Podia ter resolvido linhas vermelhas nos concursos,

mas não resistiu a deixá-las lá. Podia ter negociado, repita-se **NEGOCIADO!!**, a resolução dos problemas da carreira, mas preferiu o embuste à justiça...

O governo podia, mais do que isso, devia, mas não fez.

Como sempre acontece nos processos de luta, ademais quando primam por ser difíceis e prolongados, a luta dos professores tem tido momentos de maior mobilização e alta pressão. São pontos críticos, especialmente clarificadores da força das partes em confronto (de forma simplificada, professores e governo). Há que conjugar momentos de maior intensidade com outros: quem luta não aguenta, por razões evidentes, repetidos esforços brutais e muito menos por tempo indeterminado; quem luta precisa de alternar ações que permitam manter a luta viva sem comprometer e esgotar as próprias forças.

É neste quadro e com esta lucidez que decorre a Caravana na presente fase do ano letivo. Depois de 18 dias de um novo ciclo de greves e ações públicas por distrito, a iniciativa visa manter e encorajar a denúncia pública e o protesto. Tendo em cuidada conta o esforço que os professores fazem para lutar, a Caravana é uma forma de manter vivas, no espaço público, as suas razões e de prosseguir a pressão sobre o governo e a maioria que o suporta, preparando os próximos e mais fortes momentos.

A Caravana pela Profissão Docente e pela Escola Pública, representando um significativo esforço de organização dos sindicatos envolvidos, com o destaque que fazemos à FENPROF, faz-se já com os olhos postos em 6.6.23! Pois então, que cada um(a) assuma o que tem de fazer.

Depois da Caravana... **6, 6, 23: lá estaremos outra vez!**

Vamos à luta, Colegas. ●



ME, DGAEP e Colégios Arbitrais
deverão passar a respeitar a lei

Procedimentos disciplinares para arquivar



A FENPROF considera de elevada importância a decisão do Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa que considera ilegais os serviços mínimos decretados para os dias 2 e 3 de março, em que se realizaram greves de professores e educadores.

O teor desse acórdão, porém, tem uma importância que vai além daquela greve ao considerar ilegais serviços mínimos que sacrificam mais do que o “mínimo indispensável”, deixando claro que serviços mínimos em dia de aulas ou de qualquer atividade que não seja a que a lei já prevê são ilegais. Esta posição também é a do Ministério Público, como consta de Parecer assinado em 21 de abril de 2023.

Mais ilegalidade

O teor deste Acórdão vem reforçar ainda mais a ilegalidade das faltas injustificadas e dos processos disciplinares de que são alvo docentes que fizeram greve em 17 de março. Não seria necessário o acórdão para concluir que aqueles procedimentos disciplinares são ilegais porque a greve de 17 de março, que envolveu todos os trabalhadores da Administração Pública, não teve serviços mínimos decretados. Mas mesmo os serviços mínimos que,

em 17 de março, se aplicavam a outra greve, para além de não se estenderem à greve da Função Pública, eram ilegais, pois incidiam sobre atividade que não está identificada na lei como correspondendo a necessidades sociais impreteríveis. Espera a FENPROF que, por razões agora acrescidas, o Ministério da Educação decida, como decidiu para outras greves, arquivar todos os procedimentos disciplinares e que os mesmos não se repitam.

Rigor na aplicação da lei

Por último, a FENPROF considera que a DGAEP, direção-geral a quem o Ministério da Educação tem enviado os pedidos de serviços mínimos, bem como o Conselho Económico e Social, que indica os juízes presidentes dos colégios arbitrais, terão de ser rigorosos na aplicação da lei e não pactuar com as intenções do Ministério da Educação de impor serviços mínimos ilegais.

À DGAEP cabe, em primeiro lugar, informar o ME que o seu pedido não tem cobertura legal, dispensando a constituição de colégio arbitral; a este, desde logo ao seu presidente, compete analisar o pedido, identificar a ilegalidade e não decretar serviços mínimos que violam a lei e põem em causa um direito constitucional. ●

Os professores não desistem!

Perante a situação criada por uma política que nada resolve, arrastando problemas e injustiças, não há alternativa que não seja prosseguir a luta. E no fecho desta edição do JF estavam no centro da ação cinco expressivas ações de mobilização, unidade, protesto e luta dos professores:

- **22 a 30 de maio:** Caravana pela Profissão e pela Escola Pública
 - **6-6-23:** Greve Nacional e Manifestações no Porto (10:30) e Lisboa (15:30)
 - **10 de junho:** Protesto em Peso da Régua (comemorações do Dia de Portugal)
 - **junho e julho:** greves em períodos de avaliações finais e exames
 - **1 de agosto:** denúncia da situação dos professores em Portugal nas Jornadas Mundiais da Juventude, em Lisboa
- Vem aí um "verão quente". A FENPROF mobiliza. Os professores não desistem! ●



impressões

FRANCISCO GONÇALVES (Secretário-Geral Adjunto da FENPROF)

Análise do processo negocial

O tempo corrido, desde a tomada de posse do atual governo, tornou claro os propósitos da equipa ministerial de João Costa para os processos negociais encetados e ou a encetar. Desde o primeiro, a Mobilidade por Doença, passando pelos Concursos e o recentemente aprovado em Conselho de Ministros, relativo “à correção de assimetrias provocadas pelo congelamento do tempo de serviço”, ficou claro que o Ministério da Educação seguia à letra o inscrito no programa de governo, ignorando olímpicamente o clamor dos professores. Nenhum dos documentos apresentados nestes três processos mereceu acordo da FENPROF ou de qualquer um dos outros sindicatos de professores.

Na Mobilidade por Doença, o Ministério da Educação praticamente nada cedeu relativamente à proposta inicial, negando a milhares de professores com incapacidade comprovada ou com ascendentes ou descendentes a seu cargo nessa situação, garantia existente desde 2006, direitos e garantias constitucionais à proteção na doença e à segurança e saúde no trabalho, criando um modelo desumano que mereceu contestação generalizada e parecer negativo da Provedoria de Justiça. Mesmo assim o Ministério da Educação insistiu em avançar com as mesmas regras para um segundo ano deste “concurso”.

No caso dos Concursos, em que o processo negocial coincidiu com um momento alto da luta dos professores, obrigando o Ministério da Educação a melhorar significativamente o inicialmente proposto (QZP a coincidir com as CIM e AM, mobilidade interna garantida pelos Conselhos Locais de Diretores, colocações por perfil, concursos quinzenais,...), o ME foi jogando com o tempo, esperando pela fadiga da luta, acenando com uma possível recuperação (parcial) do tempo congelado, mas garantindo o que, no fundo, lhe interessava - um modelo de colocação de professores que colocasse os docentes “à bruta”, sem atacar a causa central da falta de professores em determinadas regiões do país - o que é oferecido não é atrativo para quem concorre. A pedra de toque de um modelo de concursos justo

é o respeito pela graduação profissional, que está em causa tanto na mobilidade interna como no processo de vinculação dinâmica inscrito no modelo imposto pelo ME. Acrescenta, ainda, a inaceitável distribuição de serviço dos horários compostos por um Conselho (de diretores) do Quadro de Zona Pedagógica.

Na correção das assimetrias, a proposta que foi a Conselho de Ministros, João Costa dixit, é a inicialmente apresentada. Ou seja, quatro reuniões negociais realizadas, uma delas técnica, tiveram, para o governo, um mero carácter formal, não alteraram, não introduziram uma alteração que fosse na proposta inicial, provocação que motivou o abandono da FENPROF no final da reunião de negociação sustentar.

Sobre as restantes matérias que a FENPROF, em boa hora (8 de agosto de 2022) apresentou, sob a forma de protocolo negocial, ao Ministério da Educação, para negociar e resolver ao longo da legislatura, nada – horários de trabalho, rejuvenescimento e regras de aposentação, indisciplina e violência. Apenas a monodocência e a redução da burocracia mereceram uma declaração de intenção que, sim senhora, seria matéria a tratar... mais tarde.

Para o ME o que importa mesmo, é fazer de conta, ir nomeando a conta gotas o que se vai “negociar”, cedendo apenas e só quando a necessidade o obrigue, sem nunca fugir ao essencial, o que consta no Programa do Governo, recorrendo ao dividir para reinar, cedendo a uns e não a outros, corrigindo uma assimetria aqui, criando uma nova acolá.

Num quadro assim, torna-se mais difícil passar a mensagem central - a luta vale a pena! E a luta valeu a pena, o diploma de concursos, apesar de inaceitável, é muito diferente da proposta inicial, a “correção das assimetrias”, apesar de corrigir umas e criar outras, incluindo uns e excluindo outros, não era sequer matéria prevista para tratar.

Cada conquista, cada agravamento que se evita, é conseguido a pulso, o tudo e agora não existe no mundo real. No mundo real, afinal, é o clássico, que perdura, a luta continua, a luta é contínua, a política, como a vida, é dinâmica.

A luta continua agora e vai continuar em 2023/2024. ●



Para o ME o que importa mesmo, é fazer de conta, ir nomeando a conta gotas o que se vai “negociar”, cedendo apenas e só quando a necessidade o obrigue





duas palavras

FERNANDO VICENTE (vicfernando@gmail.com)

Não Paramos. A Luta dos Professores

Alteração ao Estatuto da Carreira Docente nos Açores

A alteração ao Estatuto da Carreira Docente nos Açores aprovado no mês de maio na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores resultou das múltiplas reivindicações e lutas do SPRA nos últimos tempos e até décadas! Apesar das melhorias significativas continuam a existir problemas por resolver. No entanto, consideramos que houve aproximações às propostas apresentadas e reivindicadas pelo SPRA e pelos professores.

Destacam-se os seguintes aspetos de melhorias:

- A uniformização dos horários e cargos, assim como das reduções da componente letiva por antiguidade, em todos os níveis e setores de ensino. Eliminou-se assim a discriminação e garantiu-se a equidade entre os ciclos e níveis de ensino. Todos os

docentes, independentemente do nível de ensino, têm 22 tempos letivos de 45 minutos. Todos os docentes usufruem das reduções por idade e antiguidade;

- A recuperação do tempo de serviço perdido na transição entre carreiras, compensando os docentes que foram prejudicados pelas alterações legislativas anteriores. Os docentes nos Açores irão recuperar até 3 anos de serviço, em 2 tranches de 50% cada. Fica assim reposta a recomposição da carreira aos docentes da Região Açores, uma vez que a recuperação dos 7 anos que foram congelados fica concluída em 2024;

- A retoma da figura de professor estagiário com turma e auferindo remuneração. Faz-se assim o reconhecimento de condições mais vantajosas para a formação dos docentes, valorizando a sua qualificação profissional e o seu acompanhamento pedagógico;

- A contabilização do tempo de serviço

em creche. Os Educadores veem agora concretizada a justa reivindicação da contagem do tempo de serviço nesta valência, que, para além de já ser considerado para concurso, contará também para a carreira docente.

Estas são medidas que contribuem para a valorização da carreira docente na Região. Situação que não se verifica no território continental em que o governo tem mantido uma postura de intransigência e de desrespeito pelos professores, recusando-se a negociar as suas legítimas reivindicações e por isso os professores gritam constantemente que não param e exigem respeito. Não param, não se resignam, não desistem de lutar pela dignificação da carreira e da profissão, não param porque não se conformam com as injustiças e os ataques que têm sofrido. Não param porque **exigem respeito!** ●

CARTOON Henrique Monteiro





CONFERÊNCIA INTERNACIONAL Valorizar a Docência, dar Rosto ao Futuro

Aproximando-se o 50º aniversário do 25 de Abril, a FENPROF considera que se impõe uma reflexão sobre a importância do direito universal à educação – uma das maiores conquistas da nossa democracia –, e sobre até que ponto esse direito se vê ameaçado pela progressiva perda de atratividade da docência, com a falta de professores qualificados a afetar já dezenas de milhares de alunos.

Consciente da gravidade desse problema para o futuro do país, a FENPROF decidiu realizar uma conferência internacional, integrando a discussão sobre o estatuto e as condições de trabalho dos professores em Portugal numa reflexão mais ampla em torno da situação a nível europeu e mundial. Para o efeito, contou com a participação do Professor António Sampaio da Nóvoa, de representantes da Internacional da Educação e do Comité Sindical Europeu da Educação, assim como de dirigentes de organizações sindicais de professores do Reino Unido, da Suécia e dos Países Baixos. Contou ainda com a participação do Professor Howard Stevenson, da Universidade de Nottingham. Não sendo possível, neste espaço, relatar o muito do que aí foi partilhado, a síntese do conjunto das intervenções, distribuídas por este e pelo próximo número do JF, poderão ser complementadas com o visionamento das gravações disponíveis na página da FENPROF.

40 anos passados sobre a sua criação, a FENPROF considera que esta é uma reflexão da maior importância, sublinhando o que a UNESCO tantas vezes tem afirmado: a construção de um sistema educativo de qualidade é inseparável da valorização social e material da profissão docente. Daí que assinalo o 40.º aniversário lembrando uma das suas campanhas mais emblemáticas: *Somos Professores. Damos rosto ao futuro.* ●

Mário Nogueira

“Não vamos desistir de lutar”

“Neste caminho de 40 anos tivemos momentos muito marcantes, que foram de reflexão, construção, proposição e luta – é esta a matriz inovadora da FENPROF”.

São palavras de Mário Nogueira na intervenção de abertura da conferência internacional realizada em maio, em Lisboa. O Secretário Geral da FENPROF lembrou que “até hoje não tivemos necessidade de qualquer processo de refundação”, porque aquela matriz “mantém-se atual”. “Continuaremos a respeitá-la com a devida adequação. Adequação aos tempos que vêm atrás dos tempos e aos outros tempos que hão de vir”. Noutra passagem, observou:

“A FENPROF recusa caminhos fáceis, assentes em discursos simplistas e demagógicos do “tudo ou nada”, do “agora ou nunca”, do “agora é que é...” Pois, com a mesma facilidade com que mobilizam, “estes discursos levam ao desânimo e ao baixar de braços daqueles que lutam”.

FENPROF rejeita o sectarismo

A FENPROF, salientou, “afirma-se com a sua identidade própria” e “rejeita o sectarismo ou o “orgulhosamente sós”, como o confirmam as múltiplas convergências que fazemos e que fazem parte da nossa história”.

A propósito, lembrou a convergência com a Frente Comum da Administração Pública, com todos os trabalhadores portugueses em torno da grande Central Unitária, a CGTP-IN, e com as outras organizações sindicais docentes. Neste caso, “sempre que está em causa a profissão, a escola pública e o ensino de qualidade”.

Nesta caminhada de 40 anos, sempre ao serviço dos professores, Mário Nogueira referiu o importante papel da FENPROF no lançamento e aprovação de matérias estruturantes, como a Lei de Bases do Sistema Educativo (1986), os Estatutos de Carreira, os Quadros de Vinculação ou a Candidatura ao 8º escalão, não esquecendo momentos expressivos da luta sindical em torno da revalorização da carreira. As grandes manifestações nacionais de professores em Lisboa estiveram, naturalmente, em foco nas palavras do dirigente sindical, a começar pela de 2006 (não havia muitas das autoestradas que existem hoje, mas “havia muita força e muita vontade de lutar”) e pelas de 2008, com 100 000 participantes”.



“
Não abandonamos as mesas negociais mesmo quando sabemos que do outro lado está um muro de betão...”

Os grandes momentos de intervenção e luta da FENPROF até aos dias de hoje foram referidos por Mário Nogueira nesta parte da sua comunicação.

Contra a injustiça, lutar!

“A luta pela recuperação integral do tempo de serviço não terminará enquanto houver um dia de tempo de serviço cumprido que esteja por recuperar”, garantiu o dirigente sindical.

“Essa”, acrescentou, “será uma luta que perseguirá todo e qualquer governo enquanto se mantiver a injustiça”. Mário Nogueira reafirmou a total abertura da FENPROF “para encontrarmos, em negociação, uma fôrma faseada financeiramente suportável”, que resolva o problema.

Como observou o Secretário Geral da FENPROF, “os governos de António Costa já demonstraram não querer resolver este problema mas enquanto mantiver a sua

intransigência estará a impedir que às escolas retorne a serenidade que é necessária”.

“Já propusemos ao governo que o dia 6-6-23 seja um dia em que se faça história”, ou seja que se obtenha uma resposta positiva, “um acordo histórico”.

Presente nas várias frentes de luta

“O caderno reivindicativo dos professores vai para além das questões da carreira ou dos concursos. São as condições de trabalho, o combate à burocracia que tolhe os movimentos de quem se quer dedicar aos alunos e às escolas. É a luta por horários de trabalho adequados à função docente, por tempo para uma adequada formação contínua, por um regime de aposentação que tenha em conta o desgaste da

profissão (...)”, referiu o dirigente sindical. Nogueira lembrou ainda que as lutas desenvolvidas pela FENPROF não se limitam aos setores do pré-escolar, ensino básico e ensino secundário, sublinhando o papel da intervenção sindical nas lutas que se desenvolvem no ensino superior e na ciência, nomeadamente no combate à precariedade, e à exigência de revisão do atual regime jurídico do ensino superior (RJIES).

Falou ainda de outras frentes de ação e luta, caso do ensino português no estrangeiro, ensino particular e cooperativo e IPSS.

“Não vamos desistir de lutar”, “é tempo de ser tempo dos professores” porque são estes que “dão rosto ao futuro”, concluiu. | JPO •

António Sampaio da Nóvoa:

“É preciso dar um horizonte de futuro à profissão”

“Professores: libertar o futuro!” - foi o tema da comunicação apresentada por Sampaio da Nóvoa na sessão comemorativa dos 40 anos da Federação Nacional dos Professores.

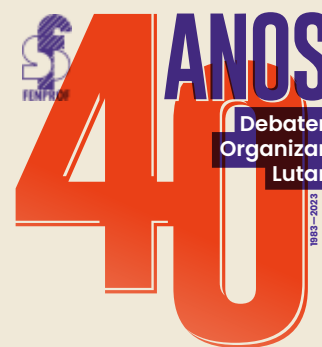
As perguntas são fáceis, as respostas nem tanto, observou o prestigiado académico no início de uma abordagem muito objetiva à situação que marca hoje a vidas das escolas e dos professores no nosso país:

“Será que ainda vamos a tempo de renovar o compromisso com a educação como bem público e comum ou já cedemos à redefinição da educação como bem privado, com aprendizagens em casa ou na nuvem pela mão da grande indústria global da educação?”

“Será que ainda vamos a tempo de reconhecer e valorizar os professores como profissionais públicos, com influência e prestígio, ou já cedemos à sua substituição por mediadores, facilitadores ou gestores de aprendizagens?”

Ao longo da sua intervenção, não fugindo à caracterização das dificuldades, das injustiças, das teias burocráticas e dos obstáculos que se atravessam no dia a dia das escolas e da profissão docente, o académico deixou caminhos alternativos e propostas concretas para mudar o rumo

dos acontecimentos, que o mesmo é dizer: para construir uma escola viva e atuante, solidária, democrática, inovadora, ambiciosa, aproveitando ao máximo as capacidades dos professores para a construção de um futuro melhor para os cidadãos. Ou seja: vamos a tempo!



HINO DA FENPROF

Mensagem atual, 40 anos depois

“Com os seus 40 anos, o hino da FENPROF continua a ser a expressão que une todas e todos os que querem continuar a dar o rosto ao futuro” (Mário Nogueira)

Dar um rosto ao futuro

*Porque ensinar é dar de nós a vida
Dizer que esta partida
É mais do que jogar*

*Porque aprender
É ter à frente a vida
É ponto de partida
Para depois navegar*

*Uma lição é um presente dado
Daquilo que o passado
Nos soube ensinar*

*É uma canção
De dar o que sabemos
De querer dar o que temos
Soletando o verbo amar*

*Queremos dar um rosto ao futuro
E semear a flor que vai nascer
E construir o jeito de saber
Que unidos vamos ter
A força de chegar*

*Está a tocar
E vamos terminar
Dizendo que a esperança
Se pode ensinar*

Letra: Nuno G. Santos,
Música: Samuel



A educação do ser humano é determinada por duas dimensões: ser livre; e não estar só. Nada substitui um bom professor. Nada mesmo” (A. Nóvoa)

“Calar é consentir”

O investigador comentou em seguida:

“Sabemos bem que o problema não é só nosso. Atravessa o mundo, de uma ponta à outra. Mas também é nosso! Como bem se vê pelo modo com os professores têm sido tratados nos últimos anos e pela insuportável situação dos últimos meses.”

“Temos mesmo um debate sério pela frente”, prosseguiu António Nóvoa, “um debate e um combate. Porque há momentos na vida em que calar é consentir e consentir é trair. Normalizar o silêncio é tão condenável como banalizar o mal”.

Recuperar a “capacidade de iniciativa”

Num segundo momento da sua intervenção, em que avançou ideias e propostas para sair da situação em que o ensino e os docentes se encontram, Sampaio da Nóvoa sublinhou que “é urgente que os professores recuperem uma capacidade de iniciativa que tiveram no passado, na definição dos rumos da educação. Porque historicamente os professores foram os grandes responsáveis pela construção do modelo escolar que veio até aos nossos dias, foram os principais guardiões do contrato social da educação, esse contrato social que fundou a escola pública”.

“Recentemente”, continuou, “a UNESCO publicou o seu 3º relatório (1) sobre o futuro da educação com o título “Reimaginar juntos os nossos futuros. Um novo contrato social da Educação”. Inspiro-me na visão da UNESCO e nas ideias apresentadas neste relatório para afirmar que este novo contrato social implica um contrato de futuro com os professores. Um contrato que reforce a confiança entre os professores, a sociedade e os poderes públicos, um contrato que firme

um compromisso para resolver os problemas laborais hoje em cima da mesa, mas que ao mesmo tempo que dê um horizonte de futuro aos professores”.

Atrair os jovens à profissão

António Nóvoa apontou em seguida, em jeito de síntese, “6 bases deste contrato”, destacando logo à cabeça a promoção do rejuvenescimento da profissão, “com políticas ambiciosas de atração de jovens e uma mudança profunda das instituições, dos programas e das dinâmicas de formação de professores”.

O reitor honorário da Universidade de Lisboa apontou ainda outras perspetivas fundamentais, como a construção de processos sólidos de integração e acolhimento, de “socialização profissional” e de apoios aos jovens professores nos primeiros anos da sua atividade nas escolas; a aplicação de medidas no âmbito da promoção do bem estar, com apoios diversos, aos professores, desburocratizando o trabalho e reforçando a cultura colaborativa; a valorização da carreira docente com salários dignos, invertendo a degradação do seu estatuto social; o reconhecimento da experiência, da capacidade, do conhecimento e da autoridade dos professores, nomeadamente na construção de políticas públicas; e a criação das melhores condições para que os professores sigam, voluntariamente, novas modalidades pedagógicas, apontadas à melhoria da qualidade do ensino.

“É preciso um pensamento de futuro”

“Para sair da situação em que estamos”, reafirmou António Nóvoa, “é preciso um pensamento de futuro, ambicioso, ousado.

“

Estamos a viver uma transformação profundíssima na educação e no ensino”, o que provoca múltiplas consequências para a profissão docente. É visível que na origem de “grande parte do mal estar docente” estejam as incertezas do presente e as dúvidas quanto ao futuro.

“Num tempo assim de tantas dúvidas, era bom que os professores sentissem apoio e não a desconfiança dos poderes públicos.

Não basta fazer remendos, nem tapar buracos. É preciso um contrato social de futuro que envolva os professores e as suas associações e sindicatos, os poderes públicos, os pais, as instituições de ensino superior e o conjunto da sociedade portuguesa. É preciso, insisto, dar um horizonte de futuro à profissão”.

Já na ponta final da sua intervenção, frequentemente interrompida por aplausos, o antigo representante permanente de Portugal junto da UNESCO, ao destacar a importância de “celebrar um contrato de futuro com os professores”, afirmou que “a profissão de professor continuará a ser a mais importante e a mais necessária de todas as profissões. E é por isso que estamos aqui hoje e que continuaremos a estar no futuro, a mudar de estilos e a combater fatalidades”. | JPO ●

(1) Documento lançado em 10/11/2021, onde se definem princípios essenciais como a garantia do direito a uma educação de qualidade ao longo de toda a vida, a qual compreende o direito à informação, à cultura e à ciência, assim como o direito a aceder e contribuir para o património comum de conhecimento da humanidade; e o reforço da educação como bem público e comum.



Vídeos das intervenções de Mário Nogueira e António Nóvoa

Olhares de fora, olhares de dentro

MANUELA MENDONÇA (membro do SN da FENPROF)

A participação de seis convidados internacionais na conferência “Valorizar a docência, Dar rosto ao futuro”, a par das intervenções do Professor António Nóvoa e do Secretário-geral da FENPROF, permitiu cruzar olhares sobre a realidade de diversos países, mostrando que, sendo diferentes, temos muito em comum. Desde logo, a falta de atratividade da docência nos vários países decorre dos mesmos fatores: subfinanciamento do setor; baixa remuneração; horários sobrecarregados; turmas demasiado grandes; contratos temporários; controlo sobre a profissão; burn out. Contudo, cada país tem as suas especificidades. É disso exemplo o processo de municipalização na Suécia, cujo impacto na profissão docente e no sistema escolar merece um tratamento mais aprofundado, pelo que o testemunho de Sara Svanlund será apresentado de forma mais detalhada no próximo número do JF (juntamente com os de Haldis Holst e Howard Stevenson).

A condição dos professores na europa e a ação dos sindicatos

Num painel europeu, representantes sindicais de três países particularmente afetados pela escassez de professores qualificados (Reino Unido, Suécia, Países Baixos) abordaram não apenas a dimensão do problema e as suas causas, mas também a ação dos sindicatos para pressionar os respetivos governos a agir. A fechar, Susan Flocken (Diretora do Comité Sindical Europeu da Educação - CSEE) comentou os contributos do painel, integrando-os no contexto da região europeia e apresentando a campanha do CSEE em torno da atratividade da profissão docente.



MARY BOUSTED, secretária geral do NEU, referiu a elevada taxa de abandono da profissão em Inglaterra (1 em cada 3

professores abandona a profissão nos primeiros 5 anos), insurgindo-se contra as más condições de exercício da profissão, nomeadamente o facto de o número de alunos por turma ser o mais elevado da OCDE (só comparável com o México e a Colômbia). “E é suposto sermos um país desenvolvido, e o 6.º mais rico do mundo!”.

Deu ainda nota do processo de luta que o NEU está a travar, num contexto de fortes restrições ao exercício do direito à greve – no Reino Unido, a convocação de uma greve tem de ser precedida de consulta aos sócios, via correio postal, sendo necessário que respondam pelo menos metade dos sócios e destes 80% votem Sim. Acresce que a consulta é válida apenas por seis meses. Apesar deste contexto adverso, o NEU conseguiu avançar com a greve, com uma estratégia de organização e comunicação centrada numa ligação permanente aos delegados sindicais e tirando partido das tecnologias digitais. E apesar de uma comunicação social hostil, conseguiu fazer passar a mensagem de que os professores não estão apenas a lutar pela sua profissão, mas também pela qualidade da educação dos seus alunos.



TRUDY KERPERIEN, membro do Conselho Nacional do AOb, referiu que nos Países Baixos 1 em cada 3 professores do ensino secundário abandona a profissão nos primeiros 5 anos e que em 2022, a percentagem de professores em falta nas escolas das grandes cidades com mais alunos vulneráveis era de 18%. Entre as causas do problema contam-se uma elevada diferença salarial em relação a outras profissões com formação de alto nível (15-30%), mesmo no sector público, um horário letivo superior em 17% ao da média da OCDE, um maior número de alunos por turma e a introdução forçada da educação

inclusiva (sem formação adequada, tempo e apoio extra ou edifícios adaptados). A isto junta-se um sistema educativo demasiado descentralizado: subfinanciamento que leva os empregadores a gastar o menos possível nos salários para ficarem com dinheiro para manutenção e outras despesas; falta de autonomia dos professores, sujeitos a todo o tipo de mecanismos de controlo, o que se traduz em burn-out.

Depois de longos anos de luta sindical, em 2022 foi possível acordo com o governo equiparando os salários dos docentes do ensino primário aos do ensino secundário. “Aprendemos que vale a pena ser persistente e nunca desistir”.



Para **SUSAN FLOCKEN**, Diretora do CSEE, a profissão docente é a mais importante na sociedade, tendo de ser valorizada e as condições do seu exercício melhoradas. Afirmado que nenhum país se pode dar ao luxo de perder os seus professores, destacou o exemplo da Finlândia, onde a profissão é valorizada e reconhecida e existe um diálogo social construtivo. Em sentido inverso, referiu o caso da Hungria, que não tem sequer ministério da educação, apontando a ampla mobilização social conseguida pelos sindicatos húngaros como um exemplo de que as alianças são uma mais valia para a luta dos professores.

Apelando à ação conjunta dos sindicatos europeus, apresentou a campanha do CSEE em torno da atratividade da profissão docente, com 10 exigências chave: autonomia profissional; salários competitivos e decentes; apoios no início da carreira para garantir estabilidade; desenvolvimentos profissionais de qualidade; incorporar igualdade e diversidade; condições de trabalho seguras e protegidas; equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada; uma cultura de escola democrática; diálogo social; valorizar, respeitar e capacitar a profissão docente. ●





Exposição sobre José Salvado Sampaio

Mais do que uma homenagem...



Numa conferência já há alguns anos, Salvado Sampaio disse que o Fascismo começou verdadeiramente com a entrada em vigor da Constituição de 1933. Esta legitimava o regime político constitucional com contornos autoritários e também nesse ano, foi publicado o Estatuto do Trabalho Nacional, que proibia a constituição livre de sindicatos e criava os sindicatos corporativos cujas direções eram indicadas pelo governo.

Vale a pena aludir a esta intervenção num momento em que a FENPROF celebra os seus 40 anos de existência e em que aparece um tal “Novo sindicalismo” num discurso de clara confrontação com os sindicatos ditos tradicionais; claro que o alvo destes ataques é a FENPROF e os seus sindicatos, estruturas há muito implantadas nas escolas e com percursos de luta, de proposição, de reflexão e de construção.

Utilizando de forma predatória o mais do que legítimo desespero, raiva e revolta acumulados ao longo de anos pelos docentes e beneficiando de uma cobertura televisiva notoriamente empolada e uma atração excessiva de algum jornalismo, assiste-se com tristeza a um discurso sindicalista aventureiro, efémero e populista.

Qual é a semelhança com o que aconteceu em 1933? Um ataque ao movimento sindical que é claramente aproveitado, como é óbvio, por todos os populismos que proliferam cada vez mais.

Porque é importante recordar sempre José Salvado Sampaio e hoje cada vez

mais? Porque o Homem e o Pedagogo que sempre foi, em toda a sua obra, em todas as suas intervenções, referia a importância do associativismo docente e a sua importância na intervenção em torno dos problemas da classe e do ensino.

Enquanto dirigente da FENPROF, sempre lhe foi reconhecido prestígio nesta organização, a qual intervém em todas as questões conducentes à defesa de uma Escola Democrática e Humanista, sendo esse um fator imprescindível ao desenvolvimento.

Por isso, comemorar os 40 anos da FENPROF com a inauguração da exposição sobre José Salvado Sampaio é, não só uma homenagem ao distinto professor, pedagogo, humanista, mas também a um dos fundadores da nossa federação, que é a maior estrutura representativa dos professores em Portugal. José Salvado Sampaio dizia que sem a ação sindical esclarecida e refletida dos professores, não se ganha nenhuma batalha.

Esta foi uma homenagem ao abnegado defensor da Escola Pública, ao sindicalista ativo e militante que se dedicou à causa sindical no SPGL, na FENPROF e na CGTP, dando um contributo notável para o elevado prestígio destas estruturas.

Este sempre foi o compromisso da FENPROF e, 40 anos depois, esta é a Federação que se mantém fiel a si própria em busca de uma Educação melhor e de uma profissão docente cada vez mais valorizada num país mais justo, mais livre e mais democrático. ●

“...as conquistas democráticas que resultaram do 25 de Abril. Foi indispensável para o progresso e para a dignificação dos professores. Mas é necessário dar aos professores um maior papel e uma maior intervenção nas negociações de tudo o que se refere ao ensino, o que não significa de modo nenhum que eles sejam os únicos a compartilhar a vida das escolas. E a liberdade que hoje se reconhece aos professores. Também a conquista dos direitos sindicais foi determinante e é necessário aprofundá-los...”

José Salvado Sampaio (in entrevista ao Escola Informação – dezembro de 1997)



Aumentos das pensões em 2023

Porque não concordamos!

Começamos pelos aumentos das pensões na última década:

Como podemos ver no quadro 1, desde 2011 que as pensões da Segurança Social e da CGA têm estado praticamente estagnadas e a maioria delas foi congelada, durante vários anos, não tendo tido qualquer aumento, perdendo, por isso, os pensionistas poder de compra.

Entre 2011 e 2015, apenas as pensões mínimas mais baixas (até 300€/mês) da Segurança Social e da CGA tiveram aumentos, embora reduzidos, tendo sido congeladas, durante 4 anos, todas as restantes pensões, que abrangem a esmagadora maioria dos pensionistas.

Como consequência da política dos sucessivos governos, em 2021, a pensão média de velhice da Segurança Social era apenas 471€ e a de invalidez 397€, valores inferiores ao limiar da pobreza (6608€/ano - 550€/mês).

Em 2022, para além do aumento anual, inferior a 1%, o governo concedeu um complemento de meia pensão a todos os pensionistas que determinou um aumento na pensão anual na ordem de 3,2%, o que, mesmo somado ao aumento do início do corrente ano, determinou uma subida na pensão inferior ao aumento de preços (8,7%) e assim os pensionistas continuam a perder poder de compra.

Este aumento extra não foi incluído no valor da pensão, o que determinou que o aumento das pensões, em 2023, tenha sido feito sobre o valor da pensão de dezembro de 2022, sem incluir, portanto, o valor da meia pensão.

Assim, temos o quadro 2 (aumentos das pensões em 2023):

A percentagem que agora está a ser considerada não está correta com a percentagem devida se se tivesse tido como base a Lei 53-B/2006. A aplicação desta lei, que regula o aumento das pensões, determinaria, em 2023, uma subida nas pensões da Segurança Social e da CGA que variaria entre 8,6%, para as pensões até 960€, 8,1%, para as pensões entre 960€ e 2852€ e 7,3%, para as pensões superiores a 2852€ até 5765€, com efeitos a 1 de janeiro.

Mas, entretanto, o governo aprovou a Lei n.º 19/2022 e a subsequente Portaria n.º 24-B/2023, com aumentos que variam entre 4,8% e 3,9%, praticamente pouco mais

Quadro 1

Valor da pensão	% dos Aumentos das Pensões									
	2011-2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 janeiro	2023 julho
Até 300€	Aumento reduzido									
Até 683,30	0% Aumentos "Congelados"	0,4%								
Até 842,60			0,5%							
Até 857€				1,08%						
Até 2573,4€				1,05%						
Até 871,5					1,06%	0,7%	Congelado	1%		
Superior a 2614€ até 2659€					0,78%	0,24%	Congelado	0,24%		
								+1/2P = 3,2%		
Até 960€									4,83%	3,57%
960€ - 2852€									4,49%	3,57%
2852€ - 5765€									3,89%	3,57%

Quadro 2

Valor da pensão	Percentagem de aumento-janeiro 2023	Percentagem de aumento anunciada para julho	Total de aumento (e só a partir de julho)	Percentagem devida com base na Lei 53-B/2006 (estudo E.R.)
Até 960€	4,83%	3,57%	8,4%	8,6%
Entre 960€ e 2852€	4,49%	3,57%	8,06%	8,1%
Entre 2852€ e 5765€	3,89%	3,57%	7,46%	7,3%

de metade daqueles a que os pensionistas teriam direito.

Para além disso, esta Portaria 24-B/2023, que, no n.º 1 do art.º 2.º, determina um aumento das pensões em 2023, contém uma norma que penaliza fortemente aqueles que se reformaram ou aposentaram em 2022, pois estabelece que só serão aumentadas, em 2023, as pensões da Segurança Social e da CGA "atribuídas anteriormente a 1 de janeiro de 2022". Isto significa que as atribuídas depois de 1 de Janeiro 2022, ou seja, as que foram atribuídas em 2022 não terão qualquer aumento em 2023, o que é

inaceitável, já que as pensões atribuídas em 2022 sofrem o efeito corrosivo do aumento dos preços de uma parte do ano de 2022 e da totalidade do ano de 2023.

Com o Decreto-Lei n.º 28/2023, o Governo vai proceder agora a nova atualização das pensões, com um aumento intercalar de 3,57%, a partir de Julho, que não respeita o já ocorrido a partir de Janeiro, não o integrando, portanto, na base das pensões para efeitos do novo cálculo.

Temos, assim, duas parcelas que não são consideradas para o efeito destes aumentos: o complemento excecional de meia pensão

atribuído em 2022 e o aumento anual atribuído em janeiro de 2023. Entendemos que estas parcelas deveriam ser consideradas e aplicadas a partir de janeiro.

Há ainda a tripla penalização das pensões que resulta: do aumento da idade de reforma todos os anos (só em 2023 é que diminui para 66 anos e 4 meses, devido à diminuição da esperança média de vida em Portugal causada pela COVID 19); do forte corte causado pela aplicação, nas pensões antecipadas, do fator de sustentabilidade (em 2023, o corte é 13,83%); de um corte/penalização, nas

pensões antecipadas, de 0,5% por cada mês que falte ao trabalhador para ter a idade de acesso normal à reforma ou aposentação. Por todas estas razões, propomos uma alteração à lei que contemple os seguintes itens:

- que a atualização anual das pensões e o aumento das pensões mais baixas garantam a reposição do poder de compra;
- que o complemento excepcional, concedido em outubro de 2022, seja integrado na base das pensões para efeitos de cálculo das pensões;
- que a nova atualização das pensões

produza efeitos retroativos a janeiro de 2023 e que as sucessivas atualizações sejam extensivas, por igual, às pensões atribuídas durante o ano de 2022;

- que a revogação definitiva do fator de sustentabilidade se aplique a todos os pedidos de aposentação e que a anulação do seu efeito seja extensiva às aposentações já ocorridas.

A FENPROF pediu reuniões aos grupos parlamentares para apresentação destas reivindicações, tendo já ocorrido duas dessas reuniões. ●

Ensino Superior

Avaliação do RJIES, a forma e o conteúdo

PEDRO OLIVEIRA (membro do SN da FENPROF)

Por despacho da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, foi finalmente constituída uma comissão independente para proceder à avaliação da aplicação do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES)*. É um processo que começa com 11 anos de atraso!

A Comissão promoveu, até agora, três conferências: “Autonomia e Governo no Ensino Superior Português”, na Academia de Ciências de Lisboa; “Estrutura do Sistema do Ensino Superior Português”, na Universidade de Évora; e “Autonomia e governo das IES segundo o RJIES”, no Instituto Politécnico do Cávado e Ave, onde diversos especialistas, nacionais e estrangeiros, partilharam as suas reflexões sobre modelos de gestão das Instituições de Ensino Superior (IES).

O RJIES, lei do consulado do ministro Mariano Gago, introduziu a Nova Gestão Pública nas universidades e politécnicos, aplicando ao sector público, supostamente em nome de uma maior eficiência, os métodos de gestão do sector privado, cujo fim último, convém não esquecer, é o lucro. Será curial que as IES, cuja missão é o bem público, sejam governadas com este paradigma? Neste processo de procura de uma maior eficiência, de uma visão das IES como máquinas que deveriam ser controladas por um operador iluminado, a principal consequência foi a deterioração da vida democrática das comunidades académicas, pela forte redução da sua participação e de formas colegiais de governação. Esta procura da eficiência refletiu-se de forma gravosa na generalização de contratos precários de

investigadores e docentes. Assim é, pois, hoje necessário avaliar as consequências do RJIES, não se limitando essa avaliação às palavras de reitores e presidentes, mas também, sobretudo, ouvindo professores, alunos e funcionários, bem como a sociedade, incluindo os sindicatos. Esta auscultação não se pode limitar a um inquérito (ver sítio da Comissão) cuja formulação é muito questionável e que não assegura uma verdadeira participação das diversas comunidades académicas. Não pode a avaliação do regime fundacional ficar-se por um relatório cujo grupo de trabalho era composto, no essencial, pelos académicos comprometidos com a sua implementação, sem qualquer contraditório. Não surpreende, portanto, que as conclusões desse relatório sejam que o regime fundacional deva ser “relançado e reforçado no âmbito do ensino superior, agora que se conhecem algumas das suas limitações e as dúvidas pertinentes relativas à contratação e gestão de pessoal” e que as principais recomendações se situem justamente ao nível da contratação de pessoal e da exclusão do perímetro orçamental do Estado, nomeadamente com a isenção “da aplicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector Educação e a exclusão do âmbito dos Códigos dos Contratos Públicos até aos limiares comunitários”. Nem uma palavra sobre democracia ou participação da comunidade académica no futuro das instituições!

O que deveria estar em discussão?

Em primeiro lugar, a forma como a própria discussão deve decorrer, nomeadamente



assegurando uma verdadeira participação das comunidades académicas, dos sindicatos e da sociedade. Em segundo lugar, a missão das universidades e politécnicos e como se define essa missão. Definida esta missão, então sim, seria possível discutir os modelos de gestão.

O RJIES, ao impor regras, formas de controlo de exercício da atividade dos professores, em todos os domínios, do ensino à investigação, ao instituir o “mandarinato” e a intimidação como forma de gestão, mudou a essência das IES como lugar de debate democrático, de diferença de opinião, e, ao mesmo tempo, mudou o exercício da profissão.

Como se define a missão pública das IES, como se atinge o bem comum? Tal só pode ser alcançado por deliberação da comunidade, em sentido largo, sobre os fins que a mesma entende como válidos para si mesma. Por essa razão, o debate sobre o RJIES devia, antes de tudo, ser um debate sobre a vida democrática nas IES, sobre os valores que queremos para os jovens que frequentam o ensino superior, sobre o lugar nas IES enquanto paradigmas de uma sociedade democrática que procura vias para uma vida melhor para as suas comunidades, regida pelo bem comum. ●

*ver <https://comissaorjies.dges.gov.pt>



A luta dos investigadores não pode parar!

MIGUEL VIEGAS (membro do Departamento do Ensino Superior e Investigação)

A qualidade dos investigadores portugueses é hoje reconhecida a nível nacional e internacional. Não há semana em que os nossos investigadores e os seus respetivos centros de investigação, não sejam notícia por boas razões. Numa outra escala e num tempo distante, Portugal, graças aos avanços em vários domínios na arte de navegação, foi pioneiro nas expedições marítimas, alcançando feitos únicos nos séculos XVI e seguintes. Contudo e como as lições de história nos ensinam, os sucessos, para perdurarem no tempo, devem assentar em estratégias sólidas de desenvolvimento. Portugal sempre foi capaz do pior e do melhor. Hoje, tal como acontece de forma recorrente, a governação verga-se perante as nações dominantes e maltrata quem, cá dentro, teima em colocar os seus saberes ao serviço do país que empobrece como se fosse uma fatalidade.

Temos hoje cerca de 35 mil doutorados em Portugal, número este que praticamente duplicou ao longo da última década. Destes, cerca de 4 mil dedicam-se a tempo inteiro à investigação. Trabalham todos os dias para

alargar a fronteira do conhecimento por forma a garantir o progresso e o desenvolvimento do país. Ao lado destes, trabalham milhares de bolsiros, que são, de facto, trabalhadores científicos a tempo inteiro, mas a quem é negado o direito mais básico, que é o direito e ter direitos por via de um contrato de trabalho. Em números gerais, podemos afirmar que 90% dos investigadores trabalham ou sem contrato de trabalho ou com contratos precários. Esta situação decorre do modelo de mercantilização da ciência e da privatização do conhecimento que sucessivos governos, a mando de outros, foram aplicando com zelo ao longo das últimas décadas. Hoje, o investigador é, antes de tudo, um caçador de projetos de onde retira o seu ordenado e as fontes de financiamento da instituição onde está integrado. Deixou de haver agenda de investigação. A meta é a próxima abertura de concurso da FCT, do PRR ou das múltiplas fontes nacionais e internacionais de financiamento competitivo onde todos pelejamos pelos milhões de euros que condicionam a nossa avaliação e a nossa sobrevivência.

Mas tudo tem um limite. Chega um

ponto onde é necessário dizer basta. Basta de exploração! Os investigadores, numa iniciativa sem paralelo no passado recente, resolveram, no dia 16 de maio, sair à rua para reclamar os seus direitos. Não é mais possível continuar nesta hipocrisia sem limites, onde os sucessos tão elogiados pelos nossos governantes, assentam na exploração desenfreada de milhares de homens e mulheres vivendo há décadas com contratos precários e sob a ameaça permanente do fim da bolsa ou do projeto. No passado dia 16 de maio, cerca de 1500 investigadores manifestaram-se em Lisboa, num desfile que partiu da Reitoria da Universidade de Lisboa até ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES). Juntaram-se assim, num mesmo cortejo, bolsiros de investigação, investigadores precários e trabalhadores dos laboratórios do estado, numa organização que juntou, para além da FENPROF e da ABIC, a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública e um vasto conjunto de núcleos de investigadores de várias instituições.

O momento é particularmente grave. Uma grande parte dos investigadores foi

contratada ao abrigo do DL57 por um período de seis anos que chegará ao fim entre 2024 e 2025 para a grande maioria. Por outro lado, muitos investigadores estão contratados por projetos com uma duração limitada de 2 a 3 anos. Existem igualmente milhares de investigadores que encontram na bolsa o único expediente para garantir a sua fonte de sobrevivência. Perante esta situação, a Ministra, do alto da sua cátedra, começou por afirmar que “colocar todos os investigadores na carreira seria matar a ciência”. Mais tarde, perante os protestos (concentração de investigadores a 22 de março à porta do MCTES), tentou “corrigir” o tiro, ensaiando uma resposta que foi entregue à FENPROF no dia 8 de maio, destinada a desmobilizar a manifestação anunciada. Mas esta resposta é uma mão cheia de nada, não resolvendo nenhum dos problemas que afetam hoje os investigadores que irão continuar em luta até serem resolvidos os seus problemas.

A FENPROF exige que a lei seja cumprida em matéria laboral e em particular, que sejam dados meios às instituições para poder aplicar na íntegra o famoso DL 57. As reivindicações dos investigadores e da FENPROF passam resumidamente:

- Pela integração na carreira de todos os investigadores contratados através do DL 57, independentemente de a natureza do vínculo ser público ou privado.

- Pelo reforço do financiamento das Instituições de Ensino Superior permitindo a abertura de concursos para todos os investigadores que trabalham há anos no mesmo posto de trabalho, saltando de projeto em projeto.

- Pelo fim dos falsos bolséis, substituindo bolsas por contratos de trabalho.

- Pela contratação permanentemente de trabalhadores que desempenham funções técnicas, de gestão de ciência e funções próximas.

- Pela atualização salarial que permita a recuperação do poder de compra perdido ao longo da última década e com particular destaque para os últimos anos.

“**As instituições dependem cada vez mais do trabalho dos investigadores, seja para financiar a sua atividade corrente, seja para garantir parte do serviço docente, seja, finalmente, para garantir os níveis de produção científica exigidos na arena internacional**”

- Pela revisão completa do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) que acabe com o regime fundacional e com as Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (IPSFL) que representam autênticos offshores legais dentro das instituições públicas.

A grande manifestação do passado dia 16 de maio foi um importante passo no desenvolvimento da luta dos investigadores. Durante a preparação da manifestação, foram realizadas dezenas de ações entre reuniões, distribuições de panfletos e sessões de trabalho para a conceção de faixas e pancartas. Durante este tempo, criaram-se laços e cresceu a consciência de classe dos investigadores. As instituições dependem cada vez mais do trabalho dos investigadores, seja para financiar a sua atividade corrente, seja para garantir parte do serviço docente, seja, finalmente, para garantir os níveis de produção científica exigidos na arena internacional. Cientes desta realidade, os investigadores uniram-se para marcar uma importante etapa na luta que irá continuar sempre em unidade com os sindicatos da FENPROF que os representam! ●



Óscar Soares: um dos que marcou o nosso tempo e o sindicalismo docente

Óscar Soares faleceu no passado dia 20 de abril após um longo período de doença que, no entanto, nunca o derrotou como sindicalista e professor consciente de que só a ação organizada dos trabalhadores permitirá obter vitórias e conquistar direitos. Na FENPROF, por nem sempre concordar com a orientação maioritária, umas vezes integrou os seus órgãos e noutras não, mas sempre se entregou à luta, à sua organização e à mobilização dos professores e educadores. Valerá apenas lembrar que o

ECD que a FENPROF continua a defender que seja aplicado, designadamente quanto à sua estrutura, é resultado da luta que o Óscar Soares, com outros, em coletivo, ajudou a preparar e a realizar. Coisa não pequena, se percebermos os ataques que tem sofrido por todos os governos neste século. Além de dirigente da FENPROF (Secretariado Nacional e Conselho Nacional) e do SPGL, integrou durante anos o Conselho Nacional e o Conselho Fiscalizador da CGTP-IN. ●

A década para restaurar os ecossistemas

JOSÉ JANELA (QUERCUS)

Estamos numa década crucial para o planeta, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou 2021-2030 como a Década das NU para a Recuperação dos Ecossistemas.

A iniciativa, cuja liderança é partilhada entre o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP) e a FAO, visa acelerar a promoção global da recuperação de ecossistemas degradados, como contributo essencial para as metas do combate à perda de biodiversidade, de mitigação e adaptação às alterações climáticas e, por esta via, assegurar, de um modo mais justo e equitativo, a segurança alimentar e a disponibilidade de água.

Nunca como agora foi tão urgente restaurar os ecossistemas danificados.

Os ecossistemas sustentam toda a vida na Terra, quanto mais saudáveis forem, mais saudável será o planeta - e os seus povos. A Década das Nações Unidas para Restauração de Ecossistemas visa prevenir, interromper e reverter a degradação dos ecossistemas em todos os continentes e oceanos. Pode ajudar a erradicar a pobreza, combater as mudanças climáticas e prevenir uma extinção em massa. Só terá sucesso se cada um desempenhar seu papel.

A Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas para a Diversidade Biológica (COP15) terminou no final de 2022, depois de ter sido adiada devido à pandemia. A COP terminou com um grande acordo entre 190 países que visa proteger 30% do planeta até 2030 e disponibilizar 30 mil milhões de dólares (cerca de 28 mil milhões de euros) de ajudas anuais à conservação da natureza e biodiversidade, para os países em desenvolvimento. A COP reconheceu que a biodiversidade é fundamental para o bem-estar da humanidade e o equilíbrio do planeta e tem como objetivo último travar o seu declínio e concretizar uma visão de desenvolvimento que permita atingir uma total harmonia com a Natureza até 2050. A COP tem ainda como objetivo salvaguardar os direitos dos povos indígenas e que quaisquer benefícios da utilização de recursos genéticos sejam compartilhados de forma justa e equitativa.

Podemos destacar várias metas do acordo:

Um compromisso para proteger 30% do planeta até 2030. Isto corresponde a um aumento substancial de área protegida,



especialmente tendo em conta que também se aplica aos oceanos;

Restaurar de maneira efetiva 30% das áreas degradadas do planeta de ecossistemas terrestres, marinhos e águas continentais;

Reduzir para metade o desperdício alimentar no planeta;

Reduzir os riscos de poluição e o seu impacto negativo, até 2030, para níveis que não sejam prejudiciais à biodiversidade e às funções e serviços dos ecossistemas, considerando os efeitos cumulativos, incluindo: reduzir o excesso de nutrientes no ambiente em pelo menos 50%, e reduzindo o risco geral de pesticidas e produtos químicos altamente perigosos também em 50%;

Prevenir, reduzir e trabalhar para eliminar a poluição por plástico;

Garantir a plena integração da biodiversidade e os seus múltiplos valores em políticas, regulamentos, processos de planeamento e desenvolvimento, entre outros instrumentos;

Educar para o restauro dos ecossistemas

A educação é fundamental para o restauro dos ecossistemas. Podemos começar por tornar as escolas mais verdes, o que passa, entre outros aspetos, pela existência de mais árvores junto das escolas. As árvores são essenciais nos ecossistemas urbanos onde se localizam a maioria das escolas. Para além de proporcionarem sombra, de purificarem o ar, de amenizarem o clima, são abrigo para muitos outros seres vivos e contribuem para uma maior saúde física e mental.

O tema do restauro dos ecossistemas deverá também fazer parte da educação formal e não formal até 2030, em consonância com os objetivos do desenvolvimento sustentável.

Os professores e os educadores têm um papel vital nesta mudança, sendo também necessário que tenham os meios para a implementar. ●



Dia Internacional de Luta contra a Homofobia

No Dia Internacional de Luta contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia, assinalado a 17 de maio, a CGTP-IN manifesta "o seu compromisso de lutar contra todo o tipo de discriminações, nos locais de trabalho e na sociedade."

Lembra a Central unitária: "Os trabalhadores e trabalhadoras Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgéneros, Queer, Intersexo e outros (LGBTQI+) são frequentemente vítimas de violência, intimidação e assédio, discriminação e exclusão devido à sua orientação sexual ou identidade de género.

Muitas vezes vivem a discriminação e o assédio na solidão, sem nunca fazerem frente aos agressores e sem denunciarem aos Sindicatos e às autoridades competentes a sua condição de vítima."

E mais adiante: "Como temos assistido nos últimos tempos, o surgimento da extrema-direita, com maior ou menor visibilidade, levou ao aumento de discriminações e perseguições a pessoas LGBTQI+, mas também, do racismo e xenofobia, da discriminação sobre as mulheres e imigrantes. Neste sentido, a CGTP-IN, continuará a defender os direitos humanos das pessoas LGBTQI+, a combater a discriminação, a violência e o discurso de ódio perpetrado com base na orientação sexual e na identidade de género. Lutaremos para que todos os locais de trabalho estejam livres de discriminação e assédio."

Trabalharemos para que os trabalhadores e trabalhadoras LGBTQI+ se sintam incluídos/as nas propostas e na actividade, dos Sindicatos e se possam sindicalizar e organizar nos sindicatos da CGTP-IN, conclui a tomada de posição da Intersindical Nacional. ●



Centro de Formação José Salvado Sampaio



Em 2023, a FENPROF organizou o 3º Ciclo de Debates promovido pelo Centro de Formação José Salvado Sampaio, Centro de Formação da FENPROF.

O Ciclo de Debates “Ser Professor: direitos e deveres; práticas e resolução de problemas” foi constituído por 7 debates, realizados entre o dia 22 de fevereiro e o dia 31 de maio.

Debate 1 - “Práticas transversais de educação para a sexualidade, do jardim de infância ao ensino secundário”, dia 22 de fevereiro

A educação sexual ou educação para a sexualidade continua a ser crucial para

o desenvolvimento integral, equilibrado e saudável das crianças e jovens.

Os estudos mais recentes comprovam que os riscos sexuais aumentam consoante a idade.

Neste momento, há grandes desafios e ameaças de retrocessos nesta área à escala nacional e mundial.

Debate 2 - “Violência nas escolas: práticas de prevenção do bullying e de gestão de conflitos”, dia 15 de março

O bullying é um fenómeno que existe em todas as escolas, fora e dentro da sala de aula.

É um fenómeno que, apesar de ter sempre existido, é agora mais visível e mais comum devido a um relacionamento interpessoal cada vez mais reduzido.

Debate 3 - “As artes e a cultura como ferramentas pedagógicas”, dia 29 de março

“A Arte é um traço essencial de civilização, sinal de identidade e matéria de construção coletiva”.

Não há Humanidade sem Cultura e Arte.

Quanto maior for o envolvimento cultural, dentro e fora da escola, melhor estarão os cidadãos habilitados para a vida.

Debate 4 - “O digital na escola: vantagens e precauções; futuro e preocupações”, dia 26 de abril

A digitalização do ensino não é neutra e veicula as opções políticas que os governos pretendem implementar no sistema educativo.

Debate 5 - “Vida saudável e saúde mental: educar para a inteligência emocional”, dia 10 de maio

A escola não é um espaço promotor de bem estar para docentes e alunos.

A comunicação não violenta é fundamental

para expressar e regular as nossas emoções e as dos outros.

Debate 6 - “Práticas de integração, inclusão, interculturalidade e respeito pelas diversidades”, dia 24 de maio

Diversidade. Respeito pela diversidade. Respeito por todos os seres humanos.

Cada ano há mais pedidos de asilo em Portugal e cada vez são mais os menores que não vêm acompanhados, ou seja, chegam completamente sozinhos ao nosso país.

A interculturalidade deve ser transversal a todas as disciplinas e em todas as escolas.

Expressão de género, características sexuais... Portugal está a regredir em comparação com outros países europeus.

O currículo não é inclusivo para nenhuma das questões abordadas neste debate.

Debate 7 - “O sindicalismo e a identidade docente: consciencialização e participação ativa”, dia 31 de maio

A atividade sindical é indissociável da identidade profissional dos docentes.

Os docentes e as suas organizações representativas devem ser atores centrais nas políticas educativas.

Com base nos 7 debates promovidos, o Centro de Formação José Salvado Sampaio certificou, junto do Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC), um curso de formação de 25 horas relevante para a componente geral da Avaliação do Desempenho Docente.

Os debates tiveram sempre mais de mil inscritos, tendo participado entre 800 a 900 docentes em cada debate. | **Ana Simões,** Diretora do Centro de Formação ●

FENPROF lança plataforma de denúncia de assédio



O assédio nas universidades é uma questão séria e cada vez mais atual como o demonstram os casos denunciados recentemente na comunicação social. O assédio pode assumir várias formas. O assédio moral ou assédio psicológico, é caracterizado por comportamentos abusivos e repetidos que têm como

objetivo prejudicar, humilhar ou intimidar a vítima. Esses comportamentos estão quase sempre associados à existência de relações hierárquicas profundamente assimétricas que colocam a vítima numa situação de grande vulnerabilidade. Estas situações de abuso (qualquer que seja a sua natureza, moral ou sexual) corroem as Instituições de Ensino Superior (IES) de uma forma silenciosa e inaceitável. O empobrecimento da vida democrática no seio das instituições decorrente da generalização dos vínculos precários que afeta docentes e investigadores constituem fatores que exponenciam a ocorrência de situações de assédio. Os sindicatos da FENPROF têm

vindo a ser contactados no sentido de facultar o apoio necessário a docentes e investigadores que estejam a ser ou tenham sido alvo de qualquer situação de assédio no local de trabalho ou, ainda, que pretendam saber o que fazer no caso de se verem confrontados/as com essa situação. Contudo e conhecendo as condições de grande fragilidade das vítimas, a FENPROF criou também uma conta de correio que permite, com as devidas condições de segurança e sigilo, denunciar situações de assédio por forma a que a informação, caso seja essa a vontade de cada um/uma, possa ser objeto de acompanhamento. ●



Marcha em Lisboa, Porto e Coimbra

Todos juntos exigindo mais SNS e melhor Saúde

Milhares de cidadãos manifestaram-se em Lisboa, Porto e Coimbra, exigindo mais Serviço Nacional de Saúde e a concretização de políticas coerentes que proporcionem melhor Saúde e mais respeito pelos profissionais do setor.

A marcha, realizada naquelas três cidades no passado dia 20 de maio, foi convocada por uma comissão que integrou a CGTP-IN, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, a Federação dos Sindicatos da Função Pública, o Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica e o Movimento dos Utentes dos Serviços Públicos. Várias outras organizações manifestaram o seu apoio a estas ações, incluindo a FENPROF, sindicatos de vários setores e estruturas associativas diversas. A Federação Nacional dos Médicos (FNAM) esteve representada nas três ações.

Numerosas adesões

A jornada de 20 de maio contou com numerosas adesões em todo o país, com destaque para as comissões e movimentos de utentes de várias regiões (Silves, Portimão, Montargil, Sousel, Fronteira, Avis, Fronteira, Ponte de Sor, Vialonga, Azambuja, Médio Tejo, Alenquer, Hospital Beatriz Ângelo - Loures, hospitais de Coimbra, entre tantas outras). Também o Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI), o Movimento Democrático de Mulheres

(MDM) e a Associação Nacional das Unidades de Saúde Familiares, manifestaram apoio à marcha. No mesmo sentido, registou-se o envolvimento da Associação Portuguesa de Deficientes (APD) e de vários órgãos autárquicos.

Em Coimbra o desfile arrancou do Centro de Saúde Fernão de Magalhães, a meio da manhã. Por volta das 15h00, arrancaram as manifestações no Porto (em torno do Hospital de São João) e em Lisboa (entre o Campo Pequeno e o Saldanha).

1 milhão e 600 mil sem médico de família

Salientando que é urgente a alteração da política de saúde que tem como consequência 1 milhão e 600 mil utentes sem médico de família e a manutenção de extensas listas de espera para consultas, cirurgias e tratamentos, o manifesto da marcha alerta para as consequências do encerramento de centros de saúde (e as dificuldades de funcionamento que se vivem na sua maioria) e da carência de camas de internamento nos hospitais, com numerosos doentes acumulados nos espaços de urgência, além da insuficiente rede de cuidados continuados. Esses e outros problemas que marcam o dia a dia do setor estiveram em foco nas intervenções, nos cartazes e dícticos, nas três cidades

“Assistimos à degradação do Serviço Nacional de Saúde, da resposta aos cuidados de saúde à população e dos direitos e condições de trabalho dos seus profissionais.

Não aceitamos que o Governo continue a não contratar os profissionais suficientes para a prestação de cuidados de saúde aos portugueses, e com qualidade.

Não aceitamos que o Governo desvalorize as suas remunerações, carreiras e condições de trabalho, que lhes imponha uma carga laboral cada vez mais pesada, empurrando-os para fora dos serviços públicos de saúde, favorecendo os interesses dos grupos privados”, destaca o manifesto da Marcha. “O povo merece melhor SNS”, “E o que é que o povo quer? Saúde para viver!” ou “O público é de todos, o privado é só de alguns” foram algumas das palavras de ordem ouvidas nas três cidades. | JPO ●

A situação a que se chegou exige uma forte resposta na defesa de uma política que respeite os profissionais, que recupere e valorize o SNS, única garantia para assegurar o direito à saúde consagrado na Constituição da República Portuguesa e condição essencial ao bem-estar da população e ao desenvolvimento do país.





Garantia do direito à proteção social

A quem interessa a redução do papel do Estado?

Capital privado e grandes grupos financeiros trabalham na sombra

O reforço do financiamento da segurança social deve passar pela criação de emprego com direitos e pela melhoria dos salários e também por uma diversificação das fontes de financiamento que, preservando o modo de financiamento baseado nos salários, permita o alargamento a outros elementos do valor acrescentado líquido das empresas, sempre mantendo as características básicas do sistema previdencial na relação entre salários, contribuições e prestações.

Esta perspetiva, reafirmada pela CGTP-IN em 8 de maio, Dia Mundial da Segurança Social, é acompanhada de um apelo ao envolvimento e participação dos cidadãos na “defesa do sistema de segurança social público, universal e solidário e dos regimes públicos de pensões geridos em regime de repartição, porque só estes garantem o direito de todos a uma pensão condigna na base da solidariedade entre gerações; rejeita qualquer redução das contribuições sociais (TSU) e o financiamento do sistema por impostos; o plafonamento e a privatização, total ou parcial, da segurança social; e qualquer corte ou redução de direitos, exigindo igualdade

de tratamento para todas as gerações de trabalhadores, designadamente o direito a uma pensão digna após uma vida de trabalho”.

Em Portugal, lembra a Central, o sistema público de segurança social é uma das grandes conquistas de Abril que a nossa Constituição consagra, incumbindo o Estado de organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado, com a participação dos trabalhadores e dos sindicatos, bem como de outros beneficiários e suas organizações representativas, que a todos proteja na doença, na velhice, na invalidez, na viuvez e orfandade, no desemprego e em qualquer situação de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

Ao sublinhar que “o sistema público de segurança social tem um papel insubstituível na garantia da segurança económica dos cidadãos e na manutenção da coesão social e é um instrumento fundamental para a redução das desigualdades, da pobreza e da exclusão social”, a Central unitária reconhece que “este nosso sistema tem muitas limitações, a maior parte delas resultantes das opções políticas que foram sendo assumidas pelos Governos e que têm passado pela aposta no sistema de solidariedade não contributivo em detrimento do reforço do sistema previdencial,

essencial para garantir o futuro do sistema, assegurar a sua ligação ao trabalho e proteger as novas gerações.”

Sustentabilidade financeira

Por detrás destas opções governativas que tendem para a transformação do sistema público de segurança social num sistema assistencialista de mínimos sociais, alerta a CGTP-IN, está a influência velada do capital privado e dos grandes grupos financeiros, que trabalham na sombra para reduzir o papel do Estado na garantia do direito à proteção social e enfraquecer, por várias vias, o sistema público de segurança social, nomeadamente pondo em causa a sua sustentabilidade financeira, a fim de abrir as portas à complementaridade com o setor privado.

A Intersindical Nacional recusa liminarmente este caminho e observa:

“Sem negar que o sistema público de segurança social está a ser afetado por fatores demográficos como o envelhecimento da população e o decréscimo da natalidade, e também por fatores económicos como a precariedade do emprego e os baixos salários, acreditamos que a sua manutenção e reforço passam por soluções, capazes de manter a integridade do sistema público de segurança social e dos seus princípios fundamentais”.

A CGTP recusa a introdução de quaisquer esquemas ou regimes complementares que tenham subjacente a redução das contribuições para o sistema público de segurança social ou a redução das prestações atribuídas no âmbito deste sistema. ●

Não aceitamos...

... a redução das receitas da segurança social contributiva, na medida em que se trata de uma receita dos trabalhadores, consignada aos fins próprios do sistema, sendo óbvio que qualquer redução das contribuições sobre salários é suscetível de pôr em causa a sustentabilidade financeira do sistema.

... a redução das prestações atribuídas no âmbito do sistema público, porque esta redução traduz um enfraquecimento dos direitos sociais dos trabalhadores e implica a transferência da responsabilidade de assegurar o direito a proteção social para os próprios trabalhadores, mediante o recurso a formas privadas de proteção coletiva ou individual. | CGTP-IN, 8/05/2023

Mensagem da FENPROF a propósito do 25 de Abril e do 1º de Maio

Em defesa da profissão e da escola pública, conquista de abril



Os professores não vão desistir! Esta é a mensagem dos Professores e dos Educadores a todos/as os/as Portugueses/as nestes dias em que saem à rua para celebrar a data libertadora do 25 de Abril e o 1.º de Maio, Dia do Trabalhador: os Professores não vão desistir! Não desistem porque em causa está o futuro da sua profissão, mas, igualmente, o futuro de uma Escola Pública de qualidade para todas as crianças e todos os jovens. O número de alunos sem aulas tem aumentado, ano após ano, e a situação só não é ainda mais grave porque estão a ser recrutados milhares de diplomados que não são profissionalizados. A saída de milhares de docentes, todos os anos, para a aposentação era previsível e há muito tempo que sindicatos e outras entidades, como o Conselho Nacional de Educação, vinham alertando para o problema. Contudo, indiferentes, sucessivos governos foram desvalorizando a profissão docente, criando problemas que o atual recusa resolver. A desvalorização e o desrespeito pelos professores levaram

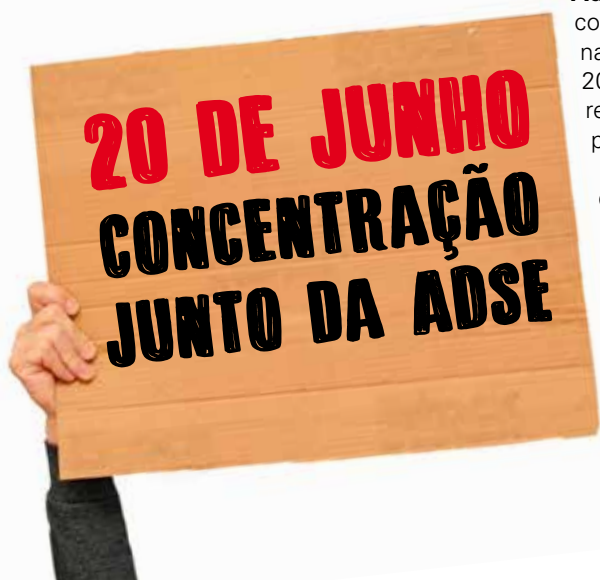
milhares de jovens a abandonar a profissão e está na origem da fuga aos cursos de formação de professores, com alguns a ficarem desertos de candidatos. A falta de docentes qualificados tem consequências na educação das crianças e dos jovens, pondo em causa a qualidade e as respostas a que a Escola Pública está obrigada.

A Escola Pública de qualidade, conquista de Abril, é um bem de todos/as os/as Portugueses/as, pelo que nesta luta, da qual não desistiremos, queremos continuar a contar com o seu apoio e a sua solidariedade.

Professores nas ações do 1.º de Maio

Os professores marcaram presença saliente nas comemorações do Dia Internacional do Trabalhador, realizadas em todas as regiões do país sob o lema “Mais salário, mais direitos, melhores pensões! Contra o aumento do custo de vida - Combater a exploração”. Dia de luta e de exigência, mas também de festa, o 1º de Maio foi comemorado com manifestações, concentrações,

convívios e iniciativas culturais, desportivas e lúdicas. Intervindo em Lisboa, no final do cortejo, na Alameda, a Secretária-geral da CGTP-IN, Isabel Camarinha fez um forte apelo ao reforço da luta pelo aumento geral e significativo dos salários para todos os trabalhadores e a valorização das carreiras e profissões. Na resolução aprovada pelos trabalhadores neste 1º de Maio de 2013, defendeu-se que “o aumento dos salários é determinante para uma estratégia de desenvolvimento, a melhoria das condições de vida, o combate à pobreza, o aumento futuro das pensões de reforma, o estímulo à atividade económica e à produção nacional, o reforço da segurança social e do investimento nos serviços públicos”. Falando em nome da Comissão Executiva da Central unitária na jornada de Coimbra, Mário Nogueira alertou para as consequências das políticas que asfixiam os serviços públicos, garantiu que os trabalhadores de todos os setores não vão baixar os braços e que “não vamos deixar de exigir o que é nosso, o que é público, o que é de todos”. | JPO ●



A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública

promove uma concentração em frente à sede da ADSE, na Praça de Alvalade, em Lisboa, no dia 20 de junho, às 11h00, para reivindicar a redução dos descontos dos atuais 3,5% para 1,5% e de 14 para 12 meses.

“Convocamos desde já os trabalhadores da administração pública que conseguirem estar presentes e todos os beneficiários da ADSE” para participarem nesta concentração, apelou Sebastião Santana, coordenador da Frente Comum.

Em declarações à imprensa, o sindicalista disse não entender como é que o Governo, perante “lucros

extraordinários superiores a 1.000 milhões de euros” na ADSE, não reverte “aquilo que foi a imposição da ‘troika’”.

Segundo Sebastião Santana, a justificação do Governo de que faltam estudos sobre a sustentabilidade da ADSE “é um argumento para empatar”, uma vez que o excedente orçamental deste subsistema de saúde garante “plenamente” a sua sustentabilidade.

Ainda assim, “se o Governo continua preocupado com a sustentabilidade da ADSE, pois que faça um aumento imediato dos salários”, referiu o dirigente sindical. A ADSE tem atualmente 1,3 milhões de beneficiários. ●



Compromisso para corrigir desigualdades

JACKELINE VIEIRA (membro do SN da FENPROF)

O Sindicato dos Professores da Madeira tem vindo a realizar iniciativas de luta e reivindicação no âmbito da alteração da legislação regional que contemple medidas que atenuem, de modo efetivo, o elevado desgaste físico e psicológico que atinge os docentes, em geral. De entre as propostas que tem apresentado com este objetivo, destaca-se uma específica para os docentes do 1.º ciclo do ensino básico e para os educadores de infância, que estão sujeitos a uma carga letiva de 25 horas semanais, ou seja, superior à dos colegas dos outros níveis, com a agravante de não usufruírem das mesmas reduções por idade e tempo de serviço previstas no ECD-RAM para aqueles docentes, a partir dos 50 anos de idade e 15 de serviço, o que representa uma clara situação de desigualdade.

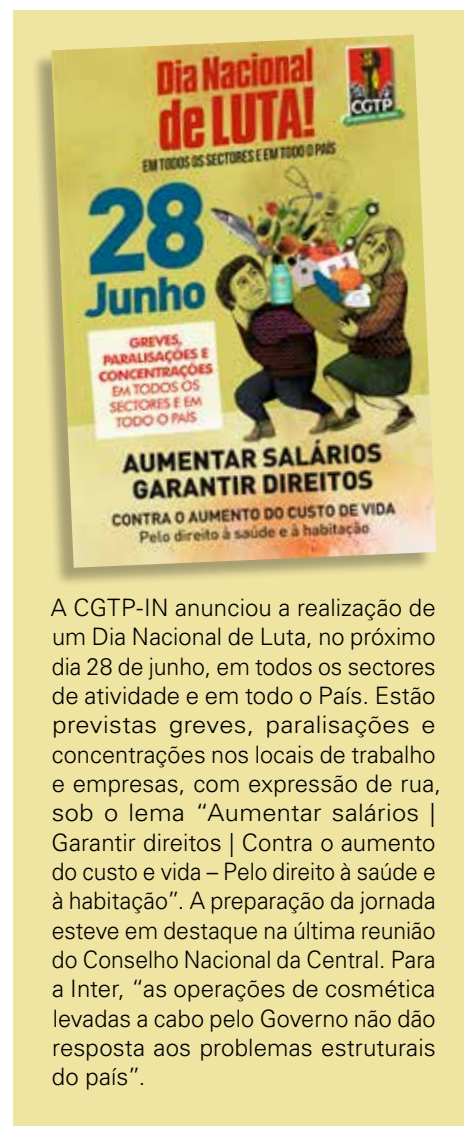
Se até 2005 os docentes destes setores tinham um regime de aposentação específico que compensava esta desigualdade, a partir desse ano, esse regime específico de aposentação foi revogado pela Lei n.º 60/2005 e pelo Decreto-Lei n.º 229/2005, fundamentando essa decisão numa lógica de uniformização de medidas quanto à idade de reforma, mas desprezando as especificidades profissionais associadas

a estes dois níveis de educação e ensino. Esta alteração agravou a condição destes docentes, já que continuaram a deter cargas horárias letivas de 25 horas, independentemente da sua idade e do seu tempo de serviço.

É certo que estes docentes podem requerer a dispensa da componente letiva, por um ano, quando completam 25 e 33 anos de serviço, mas isso nada contribui para atenuar o desgaste a que estão sujeitos, uma vez que são obrigados a desempenhar um conjunto de tarefas que, muitas vezes, agravam a sobrecarga de trabalho.

Pior, ainda, estão os grupos específicos do 1.º ciclo, nomeadamente, o 120 (inglês), o 140 (expressão plástica), o 150 (educação musical) e o 160 (educação física), porque, face ao vazio legal, não usufruem nem da redução, nem da dispensa da componente letiva.

Por isso, foi com satisfação e com o sentimento do dever cumprido que, ao fim de 6 anos intensos de luta, liderada pelo SPM, ouvimos o Secretário Regional da Educação a assumir o compromisso de reparar esta desigualdade nas Escolas da RAM, a partir do próximo ano letivo. Agora, resta aguardarmos a publicação do diploma até ao final da legislatura, isto é, até ao final de julho. ●



A CGTP-IN anunciou a realização de um Dia Nacional de Luta, no próximo dia 28 de junho, em todos os setores de atividade e em todo o País. Estão previstas greves, paralisações e concentrações nos locais de trabalho e empresas, com expressão de rua, sob o lema "Aumentar salários | Garantir direitos | Contra o aumento do custo e vida – Pelo direito à saúde e à habitação". A preparação da jornada esteve em destaque na última reunião do Conselho Nacional da Central. Para a Inter, "as operações de cosmética levadas a cabo pelo Governo não dão resposta aos problemas estruturais do país".



Estatuto do Pessoal Docente (EPD): Melhorias significativas com problemas por resolver

No passado dia 9, foi aprovado, na generalidade, o Estatuto do Pessoal Docente e, no dia 10, na especialidade. A aprovação deste diploma, por unanimidade, é inseparável da longa luta dos docentes dos Açores, em torno da melhoria dos seus horários de trabalho e da valorização da carreira – luta que foi dirigida, desde o início, pelo SPRA. Foram os docentes que, em 2007, em plenários do SPRA, proporcionaram as condições para que a tutela de então iniciasse a criação de um Estatuto regional.

Uniformização dos Horários e Reduções

Das melhorias significativas, destaca-se o acolhimento das reivindicações protagonizadas pelo Sindicato dos Professores da Região Açores, de década e meia de lutas constantes, dos docentes da Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico por horários de trabalho letivo nas mesmas condições dos restantes ciclos e níveis de ensino, ou seja, um horário de trabalho semanal com 22 tempos de 45 minutos, e pelas reduções da componente letiva por idade e antiguidade nos mesmos termos das dos docentes dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Secundário.

Condições de Trabalho

Realça-se, também, a inclusão das reuniões previstas, com exceção das de avaliação sumativa, nos 26 segmentos do horário de estabelecimento, fator que mitiga o longo período de permanência no estabelecimento a que estão sujeitos os docentes. Ficou, também, estabelecida uma aproximação significativa ao regime de férias, faltas e licenças da restante função pública.

No entanto, é de referir que não foi eliminado o conceito de horário de estabelecimento, fator que mais contribuiu para a funcionarização da profissão e para a sua descaracterização.

Tempo perdido entre carreiras e 1.º congelamento

Quanto à recomposição da carreira, ficaram definidos os termos e a possibilidade de recuperação de 3 anos perdidos nas transições entre carreiras, recuperação que se inicia a 31 de março de 2024 para os primeiros 50% desse tempo de serviço. Ficou também expressa a recuperação de 2 anos, 4 meses e 2 dias do congelamento da carreira entre 2005 e 2007, embora para um número residual de docentes. Esta recuperação será realizada na totalidade em janeiro de 2024.

Formação inicial

Atendendo à dificuldade de recrutar novos professores, foi recuperado o conceito de professor estagiário, que passa a ser remunerado e o seu tempo de lecionação contabilizado. Além disso, conseguiram-se melhores condições de trabalho para os orientadores de estágio.

Tempo de serviço em valência de creche

Foi, finalmente, consagrado no EPD o reconhecimento do tempo de serviço realizado em valência de creche, para efeitos de carreira, caso os educadores transitem para o ensino público.

Docentes contratados a termo

Não foi, objetivamente, resolvido o incumprimento da Diretiva Europeia que exige que os docentes contratados sejam remunerados pelo mesmo índice remuneratório que os docentes do quadro com o mesmo tempo de serviço e avaliação, uma vez que a redação inscrita no respetivo artigo terá um efeito prático residual.

Incentivos à fixação

Quanto aos incentivos à fixação, perdeu-se uma oportunidade histórica de combater um problema que já é evidente nas ilhas mais periféricas e que no futuro se agudizará. Relembramos que nos dois últimos anos a ilha do Corvo recorreu a 70% de docentes contratados, as Flores a 50% e a Graciosa e Santa Maria entre 30 e 35%.

Por último, uma referência à ação do Sindicato dos Professores da Região Açores na procura de pontes e consensos, que remonta ao primeiro ECD de 2007 e na qual se foi construindo uma ampla unidade entre os docentes – começando nos nossos sindicalizados, mas não só! Unidos, conseguimos evitar a fratura da carreira em professores titulares e professores, conquistámos a recuperação do tempo de serviço congelado entre 2005 e 2007 e entre 2011 e 2017, negociámos uma carreira sem vagas nem quotas na avaliação e mantivemos a gestão democrática dos estabelecimentos de ensino público. Foi este caminho que permitiu as recentes conquistas, obtidas na negociação do atual Estatuto do Pessoal Docente, e que contribuiu, de forma indelével, para a valorização da profissão, da carreira e da Educação.

Apesar dos avanços e das conquistas, muito há por resolver no Sistema Educativo Regional e na valorização dos docentes. Com a responsabilidade que lhe dá este passado, o SPRA continuará a trabalhar para dignificar cada vez mais a profissão docente, condição necessária para a melhoria de uma Escola Pública de qualidade, que responda aos constantes desafios da sociedade atual. |
A Direção do SPRA ●



Campanha da Internacional da Educação

MAKE TEACHING ATTRACTIVE!

LUÍS LOBO (membro do SN da FENPROF)

Realizou-se, no passado dia 15 de maio, uma sessão de trabalho on-line, envolvendo os departamentos de comunicação dos sindicatos para apresentar duas campanhas da Internacional da Educação (IE) que são do maior interesse, por se enquadrarem naqueles que são os objetivos de luta dos professores e das exigências da FENPROF.

Centradas na defesa de maior atratividade para a profissão docente e na importância de haver um reforço do financiamento da escola pública, assumem no atual quadro reivindicativo uma dimensão muito importante para a ação dos professores e educadores.

Em relação a estes dois aspetos, a FENPROF, com outros sindicatos ou não, tem desenvolvido intensa atividade e formas de luta.

Aumentar a atratividade na profissão docente

Trata-se de uma campanha assente em 10 exigências:

- Autonomia profissional
- Apoiar o ingresso na carreira e estabilidade
- Escola Democrática
- Melhores Salários
- Boas e seguras condições de trabalho
- Equilíbrio entre a vida pessoal e a vida profissional
- Desenvolvimento profissional/carreiras
- Garantia de igualdade de tratamento e diversidade
- Diálogo social/negociação séria e transparente
- Respeito pela profissão docente

Fundamenta-se esta campanha na necessidade de dar resposta, designadamente, à pressão sobre a escola pública e à competição a que

esta está sujeita com o setor privado ao aumento dos custos na aquisição de recursos, à precariedade muito grave que afeta os profissionais da Educação, ao aproveitamento que extremismos populistas de extrema direita fazem das dificuldades com que os países se confrontam, à promoção do individualismo em oposição aos interesses coletivos, às desigualdades agravadas pela pandemia, à falta de diálogo social, às tendências privatizadoras e, agora, mais recentemente, ao problema da digitalização do trabalho e da Educação.

É, também, objetivo desta campanha, ampliar a visibilidade dos problemas, das lutas e das organizações envolvidas.

Mais financiamento público da Educação

Sobre a campanha relacionada com a exigência da IE de mais financiamento público da Educação, a mesma enquadra-se perfeitamente na exigência da participação da Educação no Orçamento do Estado para 6% do PIB.

É neste plano que a FENPROF coloca a exigência de mais investimento no setor, sem o qual será impossível continuar a contar com a Escola Pública como o único recurso de acesso universal à educação, à cultura, à formação e à igualdade de oportunidades.

É neste quadro que tem sentido destacar alguns aspetos sobre os quais é necessário intervir e que estão, também identificados pela IE:

- A imposição de austeridade através da manutenção de impostos elevados e da má distribuição da riqueza, a par de uma inflação elevada;
- Cortes nos orçamentos de estado;
- Crescimento da privatização dos serviços;

- Deterioração das condições de trabalho;
- Desvalorização das carreiras;
- Aumento da pressão sobre a escola pública.

Por este motivo, a IE e o seu ramo europeu entendem ser da maior oportunidade recolocar esta campanha durante o período eleitoral para o Parlamento Europeu que irá decorrer no próximo ano. ●

**PELA ESCOLA PÚBLICA
INVESTIR
NA EDUCAÇÃO**



Para mais pormenores sobre esta campanha

SAHARA OCIDENTAL

A última colônia de África



O Sahara Ocidental fica na costa noroeste da África Ocidental. Com Marrocos, a Mauritânia, a Argélia, a Tunísia e a Líbia, integra o grupo de países do Magrebe. Tem uma superfície de 266.000 km², fazendo fronteira com Marrocos a norte, a Mauritânia a sul, a Argélia a leste, e o Atlântico a oeste. O território é composto por duas regiões distintas: Saguia El-Hamra, a norte, e Rio de Oro, a sul.

Em 1884, quando decorria a conferência de Berlim, o Sahara Ocidental tornou-se uma colônia espanhola. Em 1965, a Assembleia Geral da ONU adotou a sua primeira resolução relativa ao território, pedindo a Espanha que o descolonizasse através da “realização de um referendo (...) para que a população indígena exerça livremente o seu direito à autodeterminação”.

Da colonização espanhola à colonização marroquina

Em 14/11/1975 os governos de Espanha, Marrocos e Mauritânia assinaram um acordo tripartido dividindo o Sahara Ocidental pelos seus dois vizinhos. Marrocos e Mauritânia ocuparam militarmente as regiões norte e sul do Sahara Ocidental, respetivamente, e a Espanha abandonou a sua colônia.

A guerra eclodiu e sob os bombardeamentos marroquinos e mauritanos (incluindo bombas de napalm e fósforo), começou o êxodo de uma grande parte do povo saharauí, que se refugiou na fronteira argelina, sob a proteção da Frente POLISARIO (Frente Popular para a Libertação de Saguia El-Hamra e Rio de Oro, criada em 1973). A 27/02/1976

foi proclamada a RASD (República Árabe Saharauí Democrática): um Estado que se tornou membro da União Africana em 1984 e foi reconhecido por 84 países do mundo. Em 1979 a Mauritânia derrotada militarmente, desistiu da ocupação.

Entre 1981 e 1986, Marrocos construiu um muro feito de areia, mais de 20.000 Km de arame farpado e milhões de minas terrestres (proibidas pelas Convenções Internacionais e que já mataram pelo menos 2.500 pessoas) para dividir o Sahara Ocidental: a oeste ficou a terra ocupada, a leste do muro o território libertado pela Frente POUSSARIO. Com 2720 km de comprimento, o chamado “muro da vergonha” ainda hoje é controlado por 160.000 soldados marroquinos e 240 postos de artilharia.

Da esperança na realização do referendo ao recomeço da guerra

Em 1991, após quinze anos de guerra, Marrocos e a Frente POLISARIO, sob a égide da ONU e da então Organização de Unidade Africana (hoje União Africana), assinaram um acordo, comprometendo-se com a realização de um referendo, para que o povo saharauí pudesse escolher entre a independência ou a integração em Marrocos.

Nesse ano, após a proclamação do cessar-fogo, a ONU criou a MINURSO (Missão das Nações Unidas para o Referendo no Sahara Ocidental), com o objetivo de organizar o referendo que foi previsto para janeiro de 1992.

Uma vez terminada a elaboração das listas de eleitores saharauís, Marrocos percebendo que a independência seria a opção claramente maioritária, começou a boicotar o processo e, a partir de 2007, opôs-se-lhe frontalmente, com o apoio da França, membro permanente do conselho de Segurança da ONU. Desde então a ONU tem tentado encontrar soluções de compromisso, mas não conseguiu alcançar resultados concretos.

Após quase trinta anos da entrada em vigor do cessar-fogo e de negociações improdutivas o ataque do exército marroquino na fronteira com a Mauritânia a 13 de novembro de 2020 pôs-lhe fim e reabriu o cenário de guerra numa terra que não tem paz desde 1975 e numa região, o Magrebe, cada vez mais instável.

Um povo dividido pela ocupação

Uma parte do povo saharauí vive nos campos de refugiados na Argélia (região de Tindouf),

outra no território ocupado por Marrocos. Uma menor na terra libertada pela Frente POLISARIO e uma quarta parte na diáspora, espalhada por vários países.

Os campos de refugiados situam-se numa zona deserta. Apesar de notáveis esforços, as condições de vida são muito difíceis: a água é um recurso escasso, a sub-nutrição é uma realidade, com consequências terríveis, em particular para a saúde das crianças e das mulheres grávidas. Mantém-se uma dependência da assistência humanitária e da ajuda estrangeira.

No território controlado por Marrocos, desde 1975 que as e os saharais são brutalmente reprimidos, sistematicamente sujeitos a prisões ilegais, torturas, julgamentos injustos, desaparecimentos forçados e humilhações diárias. Marrocos dá facilidades e condições especiais a colonos marroquinos que queiram ir trabalhar para o Sahara Ocidental ocupado, enquanto a taxa de desemprego e as restrições de toda a espécie ao exercício da profissão castigam as e os saharais.

Violações dos direitos do povo saharai

Apesar das flagrantes violações de direitos humanos cometidas contra a população saharai, esta nunca recorreu, ao contrário do que a propaganda marroquina tenta fazer crer. Os saharais estão conscientes de que os seus inimigos não são os cidadãos marroquinos, mas a política do regime da Rabat que, aliás, também atinge o próprio povo marroquino. As pessoas e organizações marroquinas que se opõem à violação dos direitos humanos são igualmente alvo de repressão sistemática, como têm denunciado importantes instituições internacionais.

As principais causas dos obstáculos colocados pela monarquia marroquina ao referendo, exigido pelo Direito Internacional e pelo povo saharai, são económicas. A ocupação do território permite a Marrocos explorar, ilegalmente, os recursos naturais do Sahara Ocidental, sobretudo as reservas de fosfatos e os ricos pesqueiros ao largo da costa. Por isso a Frente POLISARIO apresentou uma queixa no Tribunal



Marrocos impede o acesso de jornalistas, investigadores, juristas, advogados e parlamentares de todo o mundo ao território ocupado.

A luta por uma informação atualizada e fidedigna sobre a questão do Sahara Ocidental, nas suas diversas vertentes (política, diplomática, social e económica) é fundamental.

Jovens jornalistas e ativistas dos direitos humanos saharais arriscam a vida para passarem para o exterior, através das redes sociais, informação sobre as políticas de ocupação.

de Justiça da União Europeia contra os Acordos assinados entre a EU e Marrocos nos domínios da pesca e da agricultura. As três sentenças emitidas até agora reafirmam a ilegalidade destes Acordos, visto que o Sahara Ocidental e Marrocos são dois territórios distintos e separados e que o

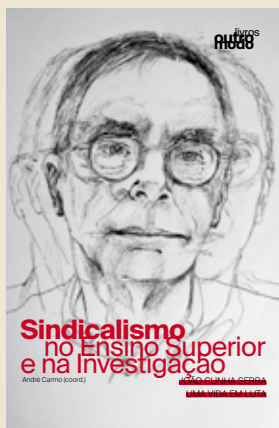
consentimento do povo saharai para a exploração dos seus recursos tem de ser obtido junto da Frente POLISARIO, que o representa. A sentença final do caso é esperada no 1.º semestre de 2023. ●
Frente Polisário, em Portugal,
delpolisariopt@gmail.com



POR UM SAHARA LIVRE!

Pelo direito da República Árabe Saharaui Democrática à autodeterminação!

Partilha informação! Contribui para furar o bloqueio informativo.



Sindicalismo no Ensino Superior e na Investigação

João Cunha Serra

Uma vida em luta

Com coordenação de André Carmo e a colaboração de João Pedro Santos, José Nuno Matos e Manuel Carlos Silva (estes três autores de dois estudos sobre a história sindical) foi lançado no passado mês de maio "Sindicalismo no Ensino Superior e na Investigação. João Cunha Serra - uma vida em luta", editado por "Livros Outro Modo". Um livro fundamental nos dias que vivemos, que aborda a história do sindicalismo naquele setor, desde a revolução de Abril de 1974 até à atualidade, tendo como eixo condutor o percurso de luta do sindicalista João Cunha Serra, professor jubilado do Instituto Superior Técnico, de Lisboa. Ao longo de quatro décadas, Cunha Serra esteve envolvido nos principais momentos de negociação, reivindicação e luta, no quadro da sua atividade no Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e no Departamento de Ensino Superior e Investigação da FENPROF. A presente obra reúne mais de meia centena de testemunhos de amigos, camaradas e companheiros. Realmente, a não perder! ●



Teatro

"O Filho", de Florian Zeller

"O Filho", de Florian Zeller, dramaturgo e realizador francês, está em cena na sala azul do Teatro Aberto, em Lisboa, numa versão de João Lourenço (responsável pela encenação) e Vera San Payo de Lemos. Atores em palco: Cleia Almeida, Paulo Oom, Paulo Pires, Pedro Rovisco, Sara Matos e Rui Pedro Silva. As sessões realizam-se às quartas e quintas feiras às 19h00, sextas e sábados às 21h30 e domingos às 16h00. ●

+ INFO www.teatroaberto.com



Arte & Cultura

Festival Literário Internacional do Interior

O 6.º Festival Literário Internacional do Interior (FLII) - Palavras de Fogo vai decorrer de **15 a 18 de junho**, em 10 concelhos dos distritos de Coimbra e Leiria, contando ainda com diferentes atividades ao longo de todo o mês. É realizado pela Arte-Via Cooperativa, com sede na Lousã, em parceria com autarquias, instituições públicas, associações e empresas da região, em homenagem às vítimas dos fogos florestais de 2017, sob o lema "A arte e a cultura como reanimadores de uma região e de um povo". De acordo com a organização, os escritores Eduardo Lourenço, Eugénio de Andrade, Mário Cesariny, Natália Correia e Urbano Tavares Rodrigues serão homenageados nesta 6.ª edição do festival, num tributo que "assinala os centenários dos seus nascimentos e os 50 anos da Associação Portuguesa de Escritores". A exposição "Eduardo Lourenço e os outros: no mundo como devir", pertencente ao Centro de Estudo Ibéricos, estará patente até ao final de julho, onde também haverá palestras sobre os homenageados, por académicos especialistas da Universidade de Coimbra e da Universidade de Évora. ●



O artista britânico Kamaal Williams será um dos animadores da quarta edição do Festival Matosinhos em Jazz, que regressa no próximo mês de julho, com os concertos a decorrer no Coreto do Parque Basílio Teles. Williams atuará no dia 16 às 18h00. O músico e produtor britânico traz os álbuns Wu Hen (2020) e The Return (2018), bem como uma performance que navega entre várias influências do jazz e do funk, conectando-as ao vivo com diferentes ritmos. O festival Matosinhos em Jazz é de entrada gratuita e realiza-se durante todos os fins-de-semana do mês de julho, pelas 18h00. Durante todo o mês de julho fica também disponível no Parque Basílio Teles a exposição com o resultado das obras criadas pelos artistas portugueses convidados a reinterpretar icónicas capas de álbuns de jazz. ●



Ao vivo

CoolJazz: 22 dias de programação

Com vasta e diversificada programação no hipódromo Manuel Possolo, no parque Marechal Carmona e nos jardins da Casa das Histórias de Paula Rego, em Cascais, o CoolJazz 2023 promete excelentes concertos (à média de 3 por noite) entre os dias **8 e 29 de julho** próximo. Os nomes anunciados (como Lionel Richie - dia 8, ou Van Morrison - dia 22 ou Norah Jones - dia 29) dispensam apresentações, mas tomamos a liberdade de destacar duas presenças: Ben Harper, intérprete de mérito do folk da Califórnia (sul), que atua no dia 26, na companhia da sua banda, "The Innocent Criminals"; e o português Tiago Bettencourt, que assinala os 20 anos de carreira e que sobe ao palco no dia 27. | JPO ●

+ INFO www.cooljazz.pt

ctt

Taxa Paga
Portugal
Contrato 577668

Publicações
Periódicas



40 ANOS

**Debater
Organizar
Lutar**

1983—2023

**FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA**



*Uma Força
apontada ao Futuro*

*Sempre em defesa
dos Docentes
e Investigadores*

